



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPrensa Oficial do Município de Londrina

ANO XXIV

Nº 4734

Publicação Diária

Quinta-feira, 22 de setembro de 2022

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS DECRETOS

DECRETO Nº 1037 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Inclui Fonte de Recursos; abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída, no Quadro de Detalhamento da Despesa do corrente exercício financeiro, a Fonte de Recursos 500 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 204-GM, de 2007, na Natureza da Despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente.

Art. 2º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro da quantia de R\$ 57.979,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais), junto ao Fundo Municipal de Saúde de Londrina / Fundo Municipal de Saúde - FMS, conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
42010.10.302.0016.6.027	4.4.90.52	304	47.000,00
42010.10.303.0016.6.029	4.4.90.52	500	10.976,00
TOTAL			57.976,00

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos §§ 1º e 2º, do artigo 11, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Como Superávit Financeiro considerar-se-á o montante de R\$ 57.979,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais) apurado em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 57.979,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
42	100	304	Setembro	0,00	47.000,00	47.000,00
42	170	500	Setembro	10.000,00	10.976,00	20.976,00
Total				10.000,00	57.976,00	67.976,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1038 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 8.285.000,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais) junto ao Fundo Municipal de Saúde de Londrina / Fundo Municipal de Saúde - FMS, para reforço das dotações a seguir especificadas, constante do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
42010.04.122.0016.2.046	3.1.91.13	001	1.000.000,00
42010.10.301.0016.6.026	3.1.90.04	303	680.000,00
42010.10.301.0016.6.026	3.1.90.13	303	200.000,00

42010.10.302.0016.6.027	3.1.90.04	303	950.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.1.90.13	303	300.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.1.90.16	303	1.700.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.72.39	369	200.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.90.30	369	200.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.90.32	369	200.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.90.30	496	200.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.90.91	496	2.130.000,00
42010.10.302.0016.6.028	3.3.90.46	303	30.000,00
42010.10.302.0016.6.028	3.3.90.39	496	60.000,00
42010.10.304.0016.6.030	3.1.90.11	510	100.000,00
42010.10.304.0016.6.030	3.1.90.16	510	30.000,00
42010.10.305.0016.6.031	3.1.90.16	303	300.000,00
42010.28.846.0000.0.007	3.3.90.91	001	5.000,00
TOTAL			8.285.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nos artigos 10 e 15, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia das dotações a seguir especificadas:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
42010.04.122.0016.2.046	3.1.90.11	001	1.000.000,00
42010.10.301.0016.6.026	3.1.90.16	303	880.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.1.90.11	303	2.950.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.90.39	369	600.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.72.39	496	2.130.000,00
42010.10.302.0016.6.027	3.3.90.92	496	260.000,00
42010.10.302.0016.6.028	3.1.90.16	303	30.000,00
42010.10.304.0016.6.030	3.1.91.13	510	130.000,00
42010.10.305.0016.6.031	3.1.90.92	303	100.000,00
42010.10.305.0016.6.031	3.1.91.13	303	200.000,00
42010.28.846.0000.0.007	3.3.90.39	001	5.000,00
TOTAL			8.285.000,00

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 6.712.742,72 (seis milhões, setecentos e doze mil, setecentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
42	10	001	Setembro	1.440.000,00	233.313,64	1.673.313,64
42	11	1051	Setembro	0,00	459.569,52	459.569,52
42	20	303	Setembro	25.925.000,00	5.417.103,97	31.342.103,97
42	60	510	Setembro	0,00	426.220,10	426.220,10
42	70	1496	Setembro	1.582.000,00	176.535,49	1.758.535,49
Total				28.947.000,00	6.712.742,72	35.659.742,72

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior, fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos, conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Não Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Dedução	Atual
42	10	001	Dezembro	705.000,00	50.000,00	655.000,00
42	10	001	Agosto	1.793.167,90	183.313,64	1.609.854,26
42	11	1051	Agosto	1.088.216,00	459.569,52	628.646,48
42	20	303	Agosto	39.278.624,63	5.417.103,97	33.861.520,66
42	60	510	Agosto	642.323,28	146.220,10	496.103,18
42	60	510	Outubro	556.000,00	280.000,00	276.000,00
42	70	1496	Julho	1.711.000,00	176.535,49	1.534.464,51
Total				45.774.331,81	6.712.742,72	39.061.589,09

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1039 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais) junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, para reforço das dotações a seguir especificadas, constante do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
47010.15.451.0018.2.050	3.1.90.04	001	135.000,00
47010.28.846.0000.0.011	3.3.90.47	080	1.000,00
TOTAL			136.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 10, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia das dotações a seguir especificadas:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
47010.15.451.0018.2.050	3.1.90.96	001	135.000,00
47010.15.451.0018.2.050	3.3.90.39	080	1.000,00
TOTAL			136.000,00

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 28.688,73 (vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
47	10	001	Setembro	401.000,00	10.000,00	411.000,00
47	10	001	Outubro	397.000,00	10.200,32	407.200,32
47	20	001	Outubro	56.000,00	4.957,85	60.957,85
47	20	001	Novembro	55.000,00	3.530,56	58.530,56
Total				909.000,00	28.688,73	937.688,73

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior, fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos, conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Não Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Redução	Atual
47	10	001	Agosto	559.361,33	20.200,32	539.161,01
47	20	001	Janeiro	71.702,23	3.021,80	68.680,43
47	20	001	Fevereiro	12.079,33	993,72	11.085,61
47	20	001	Março	119.527,59	467,57	119.060,02
47	20	001	Maio	27.460,18	250,56	27.209,62
47	20	001	Junho	43.983,15	224,20	43.758,95
47	20	001	Julho	59.356,56	3.468,36	55.888,20
47	20	001	Agosto	39.000,00	62,20	38.937,80
Total				932.470,37	28.688,73	903.781,64

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1041 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Reestima a Receita Prevista; abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reestimadas as Receitas Patrimoniais e de Transferências Correntes, referente a Fonte de Recursos 8376 - Cooperação Financeira SAMU - Municípios, para R\$ 149.972,17 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), conforme a seguir demonstrado:

Código	Fonte de Recursos	Especificação	Previsão Inicial (1)	Previsão Atualizada(2)	Valor Arrecadado até 05/09/2022 (3)	Excesso de Arrecadação (4)
1000.00.00.00.00.00.00.00		Receitas Correntes	0,00	68.000,00	149.972,17	81.972,17
1300.00.00.00.00.00.00.00		Receita Patrimonial	0,00	0,00	9.785,41	9.785,41
1321.01.0.1.01.01.03.49.00	8376	RENDIMENTOS - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS - COOPERAÇÃO FINANCEIRA SAMU - FONTE 8376	0,00	0,00	9.785,41	9.785,41
1700.00.00.00.00.00.00.00		Transferências Correntes	0,00	68.000,00	140.186,76	72.186,76
1739.99.0.1.02.00.00.00.00	8376	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS - COOPERAÇÃO FINANCEIRA SAMU - FONTE 8376	0,00	68.000,00	140.186,76	72.186,76
TOTAL			0,00	68.000,00	149.972,17	81.972,17
(1) Valor da Receita prevista na Lei nº 13.315 de 22 de dezembro de 2021;						
(2) Previsão da Receita Atualizada;						

(3) Valor arrecadado até 05/09/2022;
(4) Excesso de Arrecadação = (Valor Arrecadado até 05/09/2022 - previsão Atualizada).

Art. 2º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação da quantia de R\$ 561.972,17 (quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e dezessete centavos) junto ao Fundo Municipal de Saúde de Londrina / Fundo Municipal de Saúde - FMS, conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
42010.10.301.0016.6.026	3.1.90.11	1051	480.000,00
42010.10.302.0016.6.028	3.3.90.30	8376	81.972,17
TOTAL			561.972,17

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 12, da Lei nº 13.186, de 28 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de R\$ 561.972,17 (quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), sendo R\$ 72.186,76 (setenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) oriundos de Cooperação Financeira SAMU - Municípios, R\$ 9.785,41 (nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos) a título de aplicação dos recursos no mercado financeiro e R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) oriundos de Transferências provenientes do Governo Federal - Vencimentos ACS e ACE, estimado no decreto nº 930/2022.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 561.972,17 (quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
42	11	1051	Setembro	459.569,52	480.000,00	939.569,52
42	121	8376	Setembro	0,00	81.972,17	81.972,17
Total				459.569,52	561.972,17	1.021.541,69

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1042 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Altera o Plano Plurianual - PPA 2022-2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022; e abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, na Lei nº 13.314/2021 - PPA 2022-2025 e na Lei nº 13.240/2021 - LDO/2022, em seus respectivos anexos, a ação / meta a seguir especificada:

Ação	Descrição da Ação	Exercício	Meta Inicial		Meta Alterada	
			Física	Em R\$	Física	Em R\$
1029	Aquisição de equipamentos para gerenciamento, planejamento e fiscalização de trânsito	2022	395	120.000,00	1	4.699,00

Parágrafo único. Para alteração do Plano Plurianual - PPA 2022-2025 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos IV e V do artigo 17, da Lei nº 13.314, de 22 de dezembro de 2021.

Art. 2º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 121.301,00 (cento e vinte e um mil, trezentos e um reais) junto ao Fundo de Urbanização de Londrina, para reforço das dotações a seguir especificadas, constante do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.39	509	105.301,00
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.40	509	5.000,00
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.47	509	5.000,00
50010.28.846.0000.0.014	3.3.90.93	509	6.000,00
TOTAL			121.301,00

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 10, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia da dotação a seguir especificada:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
50010.04.122.0022.2.059	3.3.90.92	509	1.000,00
50010.15.451.0022.1.029	4.4.90.30	509	1.000,00
50010.15.451.0022.1.029	4.4.90.36	509	1.000,00
50010.15.451.0022.1.029	4.4.90.39	509	1.000,00
50010.15.451.0022.1.029	4.4.90.52	509	105.301,00
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.14	509	1.000,00
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.35	509	1.000,00
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.36	509	1.000,00

50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.37	509	1.000,00
50010.15.451.0022.2.060	3.3.90.92	509	1.000,00
50010.15.451.0022.2.061	3.3.90.30	509	6.000,00
50010.15.451.0022.2.061	3.3.90.31	509	1.000,00
TOTAL			121.301,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1043 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Altera o Plano Plurianual - PPA 2022-2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022; abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, na Lei nº 13.314/2021 - PPA 2022-2025 e na Lei nº 13.240/2021 - LDO/2022, em seus respectivos anexos, as ações / metas a seguir especificadas:

Ação	Descrição da Ação	Exercício	Meta Inicial		Meta Alterada	
			Física	Em R\$	Física	Em R\$
1030	Readequação da estrutura física e de equipamentos dos serviços de limpeza e manutenção de áreas públicas e particulares	2022	100%	500.000,00	100%	0,00
1031	Readequação da estrutura física e de equipamentos do transporte público coletivo	2022	179	219.000,00	0	0,00
1032	Aquisição e manutenção de estruturas, equipamentos e tecnologias vinculadas à promoção do acesso ao transporte público coletivo	2022	100%	86.000,00	100%	0,00
1033	Reforma dos espaços e manutenção de equipamentos voltados ao atendimento dos usuários dos terminais	2022	100%	311.000,00	100%	0,00
2063	Manutenção e ampliação da limpeza dos Terminais Urbanos e Distritais	2022	100%	3.310.000,00	100%	3.300.000,00
2064	Manutenção de pontos de ônibus	2022	100%	569.000,00	100%	1.625.000,00

Parágrafo único. Para alteração do Plano Plurianual - PPA 2022-2025 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos IV e V do artigo 17, da Lei nº 13.314, de 22 de dezembro de 2021.

Art. 2º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 1.353.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil reais) junto ao Fundo de Urbanização de Londrina, para reforço das dotações a seguir especificadas, constantes do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
50010.15.453.0023.2.064	3.3.90.30	001	1.227.000,00
50010.15.453.0023.2.064	3.3.90.39	001	26.000,00
50010.15.453.0023.2.065	3.3.90.39	001	100.000,00
TOTAL			1.353.000,00

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nos artigos 10 e 15, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia das dotações a seguir especificadas:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
50010.15.452.0021.1.030	4.4.90.52	001	500.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.32.36	001	1.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.90.33	001	1.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.90.35	001	1.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.90.36	001	1.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.90.37	001	1.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.90.40	001	1.000,00
50010.15.452.0021.2.062	3.3.90.92	001	1.000,00
50010.15.453.0023.1.031	4.4.90.30	001	38.000,00
50010.15.453.0023.1.031	4.4.90.36	001	7.000,00
50010.15.453.0023.1.031	4.4.90.39	001	5.000,00
50010.15.453.0023.1.031	4.4.90.51	001	20.000,00
50010.15.453.0023.1.031	4.4.90.52	001	149.000,00
50010.15.453.0023.1.032	3.3.90.30	001	10.000,00
50010.15.453.0023.1.032	3.3.90.33	001	5.000,00
50010.15.453.0023.1.032	3.3.90.36	001	5.000,00
50010.15.453.0023.1.032	3.3.90.40	001	26.000,00
50010.15.453.0023.1.032	4.4.90.51	001	20.000,00
50010.15.453.0023.1.032	4.4.90.52	001	20.000,00
50010.15.453.0023.1.033	4.4.90.30	001	200.000,00
50010.15.453.0023.1.033	4.4.90.36	001	5.000,00
50010.15.453.0023.1.033	4.4.90.39	001	20.000,00
50010.15.453.0023.1.033	4.4.90.51	001	20.000,00
50010.15.453.0023.1.033	4.4.90.52	001	66.000,00
50010.15.453.0023.2.063	3.3.90.36	001	30.000,00

50010.15.453.0023.2.063	3.3.90.92	001	5.000,00
50010.15.453.0023.2.063	4.4.90.52	001	10.000,00
50010.15.453.0023.2.064	3.3.90.37	001	10.000,00
50010.15.453.0023.2.064	3.3.90.47	001	1.000,00
50010.15.453.0023.2.064	3.3.90.92	001	1.000,00
50010.15.453.0023.2.064	4.4.90.52	001	159.000,00
50010.15.453.0023.2.065	3.3.90.36	001	2.000,00
50010.15.453.0023.2.065	3.3.90.37	001	5.000,00
50010.15.453.0023.2.065	3.3.90.40	001	5.000,00
50010.15.453.0023.2.065	3.3.90.92	001	2.000,00
TOTAL			1.353.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 15 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1046 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Altera o Plano Plurianual - PPA 2022-2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022; e abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, na Lei nº 13.314/2021 - PPA 2022-2025 e na Lei nº 13.240/2021 - LDO/2022, em seus respectivos anexos, a ação / meta a seguir especificada:

Ação	Descrição da Ação	Exercício	Meta Inicial		Meta Alterada	
			Física	Em R\$	Física	Em R\$
1034	Readequação da estrutura física e de equipamentos dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos domiciliares	2022	100%	1.770.142,62	100%	618.000,00

Parágrafo único. Para alteração do Plano Plurianual - PPA 2022-2025 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos IV e V do artigo 17, da Lei nº 13.314, de 22 de dezembro de 2021.

Art. 2º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais) junto ao Fundo de Urbanização de Londrina, para reforço das dotações a seguir especificadas, constante do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
50010.04.122.0021.2.058	3.3.90.39	511	130.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.30	511	52.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.39	511	370.000,00
TOTAL			552.000,00

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 10, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia das dotações a seguir especificadas:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
50010.04.122.0021.2.058	3.3.90.92	511	1.000,00
50010.18.451.0021.1.034	4.4.90.30	511	1.000,00
50010.18.451.0021.1.034	4.4.90.36	511	1.000,00
50010.18.451.0021.1.034	4.4.90.39	511	1.000,00
50010.18.451.0021.1.034	4.4.90.51	511	542.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.14	511	1.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.35	511	1.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.36	511	1.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.37	511	1.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.40	511	1.000,00
50010.18.452.0021.2.066	3.3.90.92	511	1.000,00
TOTAL			552.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 16 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1049 DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar - *Superávit* Financeiro da quantia de R\$ 942.016,49 (novecentos e quarenta e dois mil, dezesseis reais e quarenta e nove centavos), junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
07010.04.121.0002.2.016	3.3.90.40	000	942.016,49
TOTAL			942.016,49

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos §§ 1º e 2º, do artigo 11, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Como *Superávit* Financeiro considerar-se-á o montante de R\$ 942.016,49 (novecentos e quarenta e dois mil, dezesseis reais e quarenta e nove centavos) apurado em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 942.016,49 (novecentos e quarenta e dois mil, dezesseis reais e quarenta e nove centavos), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
07	200	000	Setembro	284.250,00	942.016,49	1.226.266,49
Total				284.250,00	942.016,49	1.226.266,49

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 19 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1050 DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) junto à Secretaria Municipal de Fazenda / Encargos do Município, para reforço da dotação a seguir especificada, constante do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
06020.28.846.000.0.003	3.3.90.93	000	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 10, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia das dotações a seguir especificadas:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
06020.04.122.0002.2.014	3.3.90.39	000	100.000,00
06020.28.843.0000.0.002	4.6.90.71	000	100.000,00
TOTAL			200.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 19 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1052 DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
48	10	001	Setembro	445.700,00	15.000,00	460.700,00
Total				445.700,00	15.000,00	460.700,00

Art. 2º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior, fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos, conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Não Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Dedução	Atual
48	10	001	Julho	469.174,93	15.000,00	454.174,93
Total				469.174,93	15.000,00	454.174,93

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 19 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1053 DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) junto à Fundação de Esportes de Londrina - FEL / Coordenação Geral - FEL, para reforço das dotações a seguir especificadas, constante do Quadro de Detalhamento da Despesa em vigor:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
49010.27.812.0020.6.034	3.1.90.16	001	40.000,00
49010.27.812.0020.6.034	3.1.91.13	001	60.000,00
TOTAL			100.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nos artigos 10 e 15, da Lei nº 13.315, de 22 de dezembro de 2021, fica anulada igual quantia da dotação a seguir especificada:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
49020.27.812.0020.6.035	3.3.50.41	001	100.000,00
TOTAL			100.000,00

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 111.171,11 (cento e onze mil, cento e setenta e um reais e onze centavos), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
49	10	001	Setembro	179.000,00	14.000,00	193.000,00
49	10	001	Outubro	179.000,00	6.000,00	185.000,00
49	10	001	Novembro	151.000,00	38.000,00	189.000,00
49	10	001	Dezembro	94.000,00	53.171,11	147.171,11
Total				603.000,00	111.171,11	714.171,11

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior, fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos, conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Não Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Dedução	Atual
49	10	001	Maio	172.980,43	1.859,30	171.121,13
49	10	001	Junho	174.000,00	678,34	173.321,66
49	10	001	Julho	179.000,00	2.747,09	176.252,91
49	10	001	Agosto	245.000,00	5.886,38	239.113,62
49	30	001	Dezembro	861.000,00	100.000,00	761.000,00
Total				1.631.980,43	111.171,11	1.520.809,32

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 19 de setembro de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

PORTARIA

PORTARIA SMOP-GAB Nº 74, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Designa responsável por fiscalização contratual.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, no uso das atribuições:

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 19.008.142824/2022-28.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, como fiscais, os servidores abaixo nominados:

I. Flávio Marcos Bento Vendramini - Mat. 15.436-9 e Luiz Marques de Freitas - Mat. 15.173-4.

Art. 2º Os servidores supra citados, ficarão responsáveis pela fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 343/2022 (8498663), vinculadas ao Edital de Pregão nº 0215/2022, cujo objeto é a eventual logística de fornecimento e distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, peso 13 kg (P13) e peso 45 kg (P45), e com comodato de vasilhames.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 20 de setembro de 2022. João Alberto Verçosa e Silva, Secretário(a) Municipal de Obras e Pavimentação

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº SMGP 0376/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº PAL/SMGP 0329/2022

PREGÃO Nº: 0250/2022

DETENTORA DA ATA: T.C. MATIAS OBRAS LTDA

REPRESENTANTE: Thiago Carmagnani Matias

SÓCIO(S): Thiago Carmagnani Matias

CNPJ: 24.032.719/0001-72

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses

VALOR: R\$ 1.522.068,73 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil sessenta e oito reais e setenta e três centavos).

OBJETO: Registro de Preços para a Eventual Execução de Calçadas e Serviços Complementares em diversos locais do Município de Londrina, a serem definidos pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

PROCESSO SEI Nº: 19.008.153209/2022-47

DATA DE ASSINATURA: 20/09/2022

A Ata de Registro de Preços estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

EDITAL

EDITAL Nº 013/2022/ TARF

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE PROCESSO JULGADO PELO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, CUJO A.R. RETORNOU SEM O RECEBIMENTO.

Faço pública, para conhecimento dos interessados, a relação de processo julgado pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, conforme relação abaixo, para que surta os efeitos legais, em virtude da devolução da notificação encaminhada via correio por AR, ficando o requerente devidamente notificado nos termos da Lei nº 7.303/97.

A partir desta publicação fica o referido contribuinte ciente que os eventuais débitos serão inscritos em dívida ativa com posterior cobrança administrativa e judicial, conforme normas legais.

O teor dos despachos está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Londrina – Secretaria Municipal de Fazenda - Av. Duque de Caxias 635 – térreo.

Processo nº 19.006.136707/2019-40

Requerente: MARIA DE LOURDES GIBELATO

Assunto: Isenção de IPTU/2019

Enviado cópia da decisão ao recorrente em 16 de agosto de 2022 e o AR contendo a mensagem “ não procurado” e informação de três datas de tentativas de entrega.

Londrina, 21 de setembro de 2022. Yumiko Ueno Magno, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

EXTRATOS

EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0223/2021. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO Nº SMGP – 0467/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PENALIDADE Nº 0224/2022. Art. 109, I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/93. OBJETO: Notificação de decisão relativa ao processo de penalidade e aplicação de Multa no valor de R\$ 193,85 (cento e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos). PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO: 05 (cinco) dias úteis. DETENTORA DA ATA: A.A. DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA. CNPJ: 17.063.632/0001-05.

O processo PAP/SMGP-0224/2022 pode ser consultado a qualquer tempo, pelo SEI nº 60.005908/2022-19, no Sistema Eletrônico de Informação disponível no site da Prefeitura de Londrina-PR.

EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0223/2021. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº SMGP – 0476/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PENALIDADE Nº 0225/2022. Art. 109, I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/93. OBJETO: Notificação de decisão relativa ao processo de penalidade e aplicação de Multa no valor de R\$ 351,00 (trezentos e cinquenta e um reais). PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO: 05 (cinco) dias úteis. DETENTORA DA ATA: SRC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. CNPJ: 09.943.233/0001-00.

O processo PAP/SMGP-0225/2022 pode ser consultado a qualquer tempo, pelo SEI nº 60.005906/2022-20, no Sistema Eletrônico de Informação disponível no site da Prefeitura de Londrina-PR.

EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0105/2021. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº SMGP – 0206/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PENALIDADE Nº 0216/2022. Art. 109, I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/93. OBJETO: Notificação de decisão relativa ao processo de penalidade e aplicação de Multa no valor de R\$ 9.965,40 (nove mil novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos). PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO: 05 (cinco) dias úteis. DETENTORA DA ATA: FORTCLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI. CNPJ: 36.327.075/0001-29.

O processo PAP/SMGP-0216/2022 pode ser consultado a qualquer tempo, pelo SEI nº 19.022.096267/2022-88, no Sistema Eletrônico de Informação disponível no site da Prefeitura de Londrina-PR.

EXTRATO NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Considerando a tentativa de notificação da empresa JUSFRIO COMERCIO DE PECAS E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.675.651/0001-11, sem êxito.

Fica essa empresa NOTIFICADA, para que, querendo, em 10 (dez) dias úteis apresentar ALEGAÇÕES FINAIS acerca do processo de penalidade nº 0282/2022, que se encontra disponível para consulta a qualquer tempo pelo SEI nº 19.006.135944/2021-16, no Sistema Eletrônico de Informação disponível no site da Prefeitura de Londrina-PR.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 8/2022**CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 005/2022 - DDH/SMRH**

CONVENIADA: CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA

REPRESENTANTE: ALANDER RODRIGO HERMINI

CNPJ: 79.265.617/0001-99

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta meses).

OBJETO: O presente convênio tem por objetivo propiciar a oportunidade de Estágio Curricular Obrigatório aos alunos da CONVENIADA, dos seguintes cursos: Administração - Presencial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Presencial; Biomedicina - Presencial; Ciências Contábeis - Presencial; Direito - Presencial; Enfermagem - Presencial; Engenharia Civil - Presencial; Licenciatura em Pedagogia - Presencial; Nutrição - Presencial; Odontologia - Presencial; Processos Gerenciais - Presencial; Recursos Humanos - Presencial; Análise e Desenvolvimento de Sistemas - EAD; Artes Visuais - Licenciatura - EAD; Bacharelado em Administração - EAD; Bacharelado em Serviço Social - EAD; Ciências Biológicas - Licenciatura - EAD; Ciências Contábeis - EAD; Ciências Econômicas - EAD; Design de Interiores - EAD; Engenharia de Produção - EAD; Engenharia de Software - EAD; Engenharia Elétrica - EAD; Engenharia Mecatrônica - EAD; Estética e Cosmética - EAD; Filosofia - Licenciatura - EAD; Gestão da Tecnologia da Informação - EAD; Licenciatura em Educação Física - EAD; Licenciatura em Geografia - EAD; Licenciatura e História - EAD; Licenciatura em Letras Português/Inglês - EAD; Licenciatura em Matemática - EAD; Licenciatura em Pedagogia - EAD; Podologia - EAD; Sociologia - Licenciatura - EAD; Superior de Engenharia Mecânica - EAD; Tecnologia em Agronegócio - EAD; Tecnologia em Design de Moda - EAD; Tecnologia em Design de Produto - EAD; Tecnologia em Empreendedorismo - EAD; Tecnologia em Gestão Ambiental - EAD; Tecnologia em Gestão Comercial - EAD; Tecnologia em Gestão da Qualidade - EAD; Tecnologia em Gestão das Organizações do Terceiro Setor - EAD; Tecnologia em Gestão de Cooperativa - EAD; Tecnologia em Gestão de Lojas e Pontos de Venda - EAD; Tecnologia em Gestão Hospitalar - EAD; Tecnologia em Gestão Pública - EAD; Tecnologia em Secretariado - EAD; Tecnologia em Gestão de Segurança Privada - EAD; Tecnologia em Sistemas para Internet - EAD, nas dependências da administração direta, autárquica e fundacional do MUNICÍPIO, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho e promover a integração UNIVERSIDADE-COMUNIDADE.

PROCESSO SEI Nº: 19.009.052794/2022-59

DATA DE ASSINATURA: 19/07/2022

O Convênio estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SMGP-0117/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº PAL/SMGP-0174/2021

PREGÃO/Nº: PGV/SMGP-0100/2021

CONTRATADA: FLÁVIA L. VIEIRA DE OLIVEIRA – AR-CONDICIONADO

REPRESENTANTE: Flávia Lucas Vieira de Oliveira

SÓCIOS: Não tem

CNPJ: 15.395.945/0001-27

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme CLÁUSULA QUINTA O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho pela Contratada.

VALOR: R\$ 72.993,27

OBJETO: A contratação de prestação continuada de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças para Ar Condicionado tipo SPLIT e SPLIT PISO TETO na ACESF, incluindo limpeza e demais procedimentos para controle dos padrões referenciais de qualidade do ar.

OBJETO DO ADITIVO: É objeto do presente aditamento a prorrogação do prazo de execução do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 24/09/2022, passando a vencer em 24/09/2023, nos termos do Art. 57, II, da Lei 8666/1993.

PROCESSO SEI Nº: 27.001347/2022-95

DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022

O Contrato estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

CONTRATO Nº SMGP-0160/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO PA/SMGP N.º 0403/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º DP/SMGP-0056/2022

CONTRATADA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

REPRESENTANTE: Prof. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro

CNPJ: 78.640.489/0001-53

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de 130 (cento e trinta) dias, contados do primeiro dia útil do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho pela CONTRATADA até a publicação da homologação do resultado final.

VALOR: R\$ 256.226,22 (duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos)

OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a contratação de entidade especializada para prestação de serviços de organização, planejamento e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas e de cadastro reserva do cargo de Professor(a) de Educação Básica, na função de Docência de Educação Básica - PEBU01, para provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Londrina, Estado do Paraná.

PROCESSO SEI Nº: 19.008.147539/2022-01

DATA DE ASSINATURA: 22/09/2022

*O Contrato/Ata de Registro de Preços estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

CONTRATO Nº SMGP-163/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº PAL/SMGP-0337/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE/SMGP-0241/2022

CONTRATADA: BRIZZA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

REPRESENTANTE: VIVIANE DE MORAIS,

CNPJ: 11.849.722/0003-31

PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de sua assinatura

VALOR: R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais)

OBJETO: Aquisição de 1 (um) veículo tipo camionete completo, diesel, 4x4, fabricação/modelo no mínimo 2022, potencia mínima 160CV, capacidade 05 passageiros com 04 portas, demais características técnicas constantes no MODELO 07 - doc. SEI n.º 7723292

PROCESSO SEI Nº: 19.008.154190/2022-56

DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022

O Contrato estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

CONTRATO n.º SMGP - 0164/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PAL/SMGP-0420/2022

MODALIDADE/Nº: PREGÃO Nº. PGV/SMGP 0276/2022

CONTRATADA: VIACAO GARCIA LTDA.

REPRESENTANTE: Luiz Fernando da Silva Mattos

SÓCIO(S): José Boiko e Estefano Boiko

CNPJ: 78.586.674/0001-07

PRAZO DE EXECUÇÃO: 22 de setembro a 09 de outubro de 2022

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

OBJETO: Prestação de serviços de transporte dos atletas e comissão técnica que participarão dos Jogos Abertos do Paraná - JAP'S 2022, por ônibus turismo.

PROCESSO SEI Nº: 19.008.154559/2022-21

DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022

O Contrato/Ata de Registro de Preços estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

CAAPSML – CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA

PORTARIA

PORTARIA CAAPSML-GADM Nº 232, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

SÚMULA: Designa os responsáveis para o recebimento do objeto das Atas de RP relativas ao Pregão 0215/2022.

O SUPERINTENDENTE DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, no uso das atribuições legais, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo SEI nº 19.008.142824/2022-28.

- Ata de Registro de Preços nº SMGP-0343/2022, que trata do Registro de Preços para eventual logística de fornecimento e distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, peso 13 kg (P13) e peso 45 kg (P45), e com comodato de vasilhames.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os responsáveis para recebimento do objeto da Ata de RP SMGP Nº 0343/2022, que trata do Registro de Preços para eventual logística de fornecimento e distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, peso 13 kg (P13) e peso 45 kg (P45), e com comodato de vasilhames, as servidoras Rosana Leiko T. Ito - matrícula: 15.399-0 e Danielle S. Filgueiras - Matrícula: 15.403-2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 21 de setembro de 2022. Luiz Nicacio, Superintendente da CAAPSML

COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL 03/2022- MODO DE DISPUTA COMBINADO – COHAB-LD

OBJETO: Alienação do Centro Comercial do C.H. Parigot de Souza – Setor II, de propriedade da COHAB-LD. Protocolo dos envelopes: até as 12:00 hrs do dia 17/10/2022. O Edital completo estará disponível e poderá ser obtido no site www2.londrina.pr.gov.br/cohab. Outras informações necessárias através do telefone (43) 3315-2266 / (43) 3315-2269. Londrina, 15 de setembro de 2022. Luiz Candido de Oliveira - Diretor-Presidente.

LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A

REGIMENTO

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

SUMÁRIO

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (arts. 1º a 10)
TÍTULO II – GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES TÉCNICAS (art. 11)
TÍTULO III – CADASTRO DE FORNECEDORES (art. 12)
TÍTULO IV – MINUTAS PADRÃO DE EDITAIS E CONTRATOS (art. 13)
TÍTULO V – PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO (art. 18 a 78)
Capítulo I – Do rito da licitação (art. 18)
Capítulo II – Da fase interna (art. 19 a 28)
Seção I – Dos atos preparatórios (art. 19)
Seção II – Dos responsáveis pela condução da licitação (arts. 20 e 21)
Seção III – Do instrumento convocatório (art. 22)
Seção IV – Do orçamento (arts. 23 a 26)
Seção V – Da publicação (art. 27 e 28)
Capítulo III – Da fase externa (art 29 a 78)
Seção I – Disposições gerais (arts. 29 a 31)
Seção II – Do Pregão Presencial (art. 32)

- Seção III – Do Pregão Eletrônico (art. 33)
- Seção IV – Da Apresentação das Propostas ou Lances (arts. 34 a 41)
 - Subseção I - Disposições gerais (arts. 34 a 36)
 - Subseção II – Modo de disputa aberto (arts. 37 a 39)
- Subseção III – Modo de disputa fechado (art. 40)
 - Subseção IV – Combinação dos modos de disputa (art. 41)
- Seção V – Do julgamento das propostas (art 42)
 - Subseção I – Disposições gerais (art. 42)
 - Subseção II – Menor preço ou maior desconto (arts.43 a 44)
 - Subseção III – Técnica e preço (arts. 45 a 46)
 - Subseção IV – Melhor técnica ou conteúdo artístico (arts. 47 a 49)
- Subseção V – Maior oferta de preço (arts. 50 a 52)
- Subseção VI – Maior retorno econômico (arts. 53 a 54)
- Subseção VII – Melhor destinação dos bens alienados (art. 55)
 - Subseção VIII – Preferência e desempate (arts. 56 a 59)
- Subseção IX – Análise e classificação de proposta (arts. 60 a 62)
 - Subseção X – Formação do Cadastro Reserva (arts. 63 a 67)
 - Subseção XI - Habilitação (arts. 68 a 69)
- Seção VI - Da revogação e da anulação da licitação e do contrato (arts. 70 a 72)
- Seção VII - Da participação em consórcio (art. 73 e 74)
- Seção VIII - Dos recursos (arts. 75 a 78)
- TÍTULO VI – CONTRATAÇÃO DIRETA (arts. 79 a 84)
 - Capítulo I – Das disposições gerais (arts. 79 a 81)
 - Capítulo II – Da dispensa de licitação (art. 82)
 - Capítulo III – Da inexigibilidade (arts. 83 a 84)
- TÍTULO VII – REGRAS ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO (arts. 85 a 167)
 - Capítulo I – Dos regimes de contratação (art. 85)
 - Capítulo II – Das obras e serviços (arts. 86 a 93)
 - Capítulo III – Da contratação de serviços e aquisições de bens comuns (arts. 94 a 96)
 - Capítulo IV – Da alienação de bens (arts. 97 a 99)
 - Capítulo V – Do Patrocínio (art. 100)
 - Capítulo VI - Dos Serviços de Publicidade e de Comunicação (arts. 101 a 107)
 - Capítulo VII – Dos procedimentos auxiliares das licitações (art. 108)
 - Seção I – Da Pré-Qualificação Permanente (art. 109 a 113)
 - Seção II – Do Cadastramento (art. 114)
 - Seção III – Do Sistema de Registro de Preços (arts. 115 a 121)
 - Seção IV – Do Catálogo Eletrônico de Padronização (art 122 a 123)
 - Capítulo VIII – Outras disposições (art 124)
 - Seção I – Do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) (art. 125 a 140)
 - Capítulo IX – Dos contratos (arts. 141 a 167)
 - Seção I – Disposições gerais (arts. 141 a 148)
 - Seção II – Da garantia contratual (arts. 149 a 153)
 - Seção III – Da vigência (arts. 154 a 155)
 - Seção IV – Da alteração dos contratos (arts. 156 a 159)
 - Seção V – Da gestão e fiscalização (art. 159)
 - Seção VI – Da inexecução e da rescisão dos contratos (arts. 160 a 161)
 - Seção VII – Das sanções administrativas (arts. 162 a 163)
 - Seção VIII – Do recebimento do objeto (art. 164)
 - Seção IX – Do processo para rescisão e aplicação de sanções (arts. 165 a 167)
- TÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS (arts. 168 a 171)

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo definir e disciplinar o procedimento das licitações e contratações de serviços, inclusive de engenharia, de publicidade e de patrocínio, à aquisição, à locação, à alienação de bens e execução de obras, bem como de administração de contratos no âmbito da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., doravante denominada LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., nos termos da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

Art. 2º As contratações são precedidas de licitação, ressalvado o disposto nos arts. 3º e 4º, e destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, observados os princípios da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Art. 3º Podem ser realizadas contratações diretas nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação previstas neste Regulamento.

Art. 4º Este Regulamento não se aplica nas seguintes situações:

- I – comercialização, aquisição, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social;
- II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

§ 1º. Consideram-se oportunidades de negócio, a que se refere o inciso II do *caput*, a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

§ 2º A formação de parcerias descrita no inciso II deste artigo ficará condicionada ao atendimento concomitante dos seguintes requisitos:

- I – Oportunidade de negócio, o qual pode ser estabelecido por meio dos mais variados modelos associativos, societários ou contratuais, nos moldes do § 4º do art. 28 da Lei nº 13.303/2016;
- II – Demonstração das características diferenciadas do potencial parceiro, sua superioridade em relação aos demais comprovado por administrador público, e da vinculação dessas características à oportunidade de negócio;

III – Comprovação de inviabilidade de procedimento competitivo;

IV – Ser obrigatoriamente relacionado com o desempenho de atribuições inerentes ou complementares ao objeto social da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.; e

V – Demonstração de vantagem comercial ou competitiva para a estatal, compreendendo o aumento de receitas, a redução de custos ou despesas, a participação em novo mercado ou a melhora da posição competitiva da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. no seu mercado de atuação.

§3º A contratação com base no art. 28, §3º, inciso II da Lei nº 13.303/2016 observará o disposto no Regulamento Interno de Plano de Negócio – RIPN.

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 6º Qualquer interessado que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste Regulamento e no edital de licitação poderá participar das licitações.

Art. 7º O interessado, que se enquadre em uma das hipóteses abaixo, estará impedido de participar de qualquer fase do processo de licitação e de ser contratado:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;

II – que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;

III – que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – que seja constituído por sócio de empresa que estiver suspensa ou impedida pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa ou impedida pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa impedida pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa ou impedida pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no *caput*:

I - à contratação de empregado ou dirigente da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;

b) empregado da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. está vinculada.

III - empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. há menos de 6 (seis) meses.

Art. 8º É vedada, ainda, a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia:

I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

§ 1º É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 3º O disposto no §2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. no curso da licitação.

Art. 9º Obrigam-se os contratados a:

a) cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

b) cumprir a legislação e a regulamentação relativa à prevenção e ao combate à corrupção;

c) não utilizar, de qualquer forma, de trabalho infantil ou escravo; e

d) adotar boas práticas de preservação ambiental.

Art. 10º É vedado aos contratados e a seus empregados realizar qualquer negócio em nome da ou em razão de contrato firmado com a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. de maneira imprópria, que configure atos criminosos ou ilícitos, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes.

TÍTULO II GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES TÉCNICAS

Art. 11. Para os fins deste Regulamento, considera-se:

I - Adjudicação: ato pelo qual é atribuído o objeto da licitação ao licitante vencedor;
II - Alienação: toda transferência de domínio de bens a terceiros;
III - Anteprojeto de Engenharia: peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) condições de solidez, segurança, durabilidade e prazo de entrega;
- c) estética do projeto arquitetônico;
- d) parâmetros de adequação ao interesse da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;
- e) concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- f) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;
- g) levantamento topográfico e cadastral;
- h) pareceres de sondagem;
- i) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

IV - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Instrumento Convocatório e propostas apresentadas;

V – Chamada Pública: É um procedimento feito pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. para executar atividades ou projetos que tenham interesse público, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

VI - Comissão Especial de Licitação: colegiado composto de pelo menos 03 (três) integrantes, formalmente designados, com a função, dentre outras, de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações;

VII - Compra: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

VIII – Contrato de Eficiência: tem por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., na forma de redução de despesas correntes;

IX - Contratação Integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

X - Contratação Semi-integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XI - Empreitada Integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;

XII - Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

XIII - Empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas;

XIV – Fiscal do Contrato: empregado designado para acompanhar a execução contratual, verificando seu adimplemento em consonância com as cláusulas pactuadas;

XV - Homologação: é a confirmação de que todos os atos praticados no curso do processo licitatório estão válidos;

XVI - Matriz de Riscos: cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação;

XVII - Obras: toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

XVIII – Parcelamento de Objeto: ocorre quando, justificadamente, o objeto da licitação puder ser parcelado sem perda de escala, objetivando melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

XIX – Pequenas despesas de pronta entrega e pagamento: contratações até o valor definido nos incisos I e II do art. 82, conforme o caso;

XX – Pregoeiro: empregado da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. formalmente designado, com a função de, dentre outras, receber documentos, processar e julgar as licitações na modalidade Pregão;

XXI - Projeto Básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida, de forma a fornecer visão global da obra e a identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

XXII - Sistema de Registro de Preços: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

XXIII - Sobrepreço: quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, ou ao valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço global ou por empreitada;

XXIV - Superfaturamento: quando houver dano ao patrimônio da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. caracterizado, por exemplo:

- a) pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) pela deficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança;
- c) por alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d) por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou reajuste irregular de preços.

XXV - Tarefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material;

XXVI - Termo de Referência ou Especificação: documento que contém a descrição detalhada do objeto para aquisição ou contratação de serviços.

XXVII – Empresa sediada local ou municipal: empresa sediada dentro do o limite geográfico do município de Londrina;

XXVIII – Empresa sediada regional: uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

- a) o âmbito dos municípios constituintes da mesorregião e/ou da microrregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE para o Paraná (http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf);
- b) o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município;
- c) o âmbito dos municípios, dentro do Estado, existentes dentro de um raio de distância definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;

outro critério superior aos limites geográficos do próprio Município, dentro do Estado, desde que justificado.

Conforme art. 2º, §2º do decreto municipal nº 753/17.

TÍTULO III CADASTRO DE FORNECEDORES

Art. 12. A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá adotar registros cadastrais para a habilitação dos inscritos em procedimentos licitatórios e para anotações da atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas.

§1º É facultado à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. utilizar-se de registros cadastrais emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

§2º O registro cadastral estará permanentemente aberto aos interessados e serão válidos, para fins de habilitação, por 1 (um) ano.

§3º Do indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

TÍTULO IV MINUTAS PADRÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

Art. 13. As contratações serão realizadas, em regra, por meio de Minutas Padrão de Editais e Contratos, analisadas pela Área Jurídica da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Art. 14. Para fins de padronização, as minutas de editais de licitação e de contratos, inclusive aquelas que exijam cláusulas específicas em virtude do objeto, deverão ser elaboradas e alteradas em conjunto pelas áreas envolvidas. E deverá ser submetida à apreciação da área jurídica.

Art. 15. As áreas responsáveis pelas aquisições e ou contratações devem adotar instrumentos convocatórios e minutas de contratos padronizados, conforme modelos previamente submetidos à análise da área jurídica e aprovada de acordo com a competência estatutária.

Art. 16. As minutas de editais e de contratos padronizadas somente poderão ser alteradas em consenso entre todas as áreas envolvidas, após manifestação da área jurídica.

Art. 17. As minutas padronizadas serão dispensadas de nova análise jurídica a cada utilização, desde que não haja alteração, inclusão ou exclusão de cláusulas gerais dos modelos aprovados.

§1º Todas as áreas envolvidas serão responsáveis por garantir a integridade das minutas padronizadas, mediante declaração de responsabilidade.

TÍTULO V PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO CAPÍTULO I DO RITO DA LICITAÇÃO

Art. 18. As licitações obedecerão a seguinte sequência de fases, nesta ordem:

- I - preparação;
- II - divulgação;
- III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;
- IV - julgamento;
- V - verificação de efetividade dos lances ou propostas;
- VI - negociação;
- VII - habilitação;
- VIII - interposição de recursos;
- IX - adjudicação do objeto;
- X - homologação do resultado ou revogação do procedimento.

§1º A fase de habilitação poderá, desde que previsto no Instrumento Convocatório, anteceder à fase de apresentação de propostas ou lances.

§2º O Instrumento Convocatório definirá os requisitos, o prazo e a forma de apresentação de questionamentos ou impugnações.

CAPÍTULO II DA FASE INTERNA Seção I Dos atos preparatórios

Art. 19. Na fase interna ou preparatória são praticados os atos administrativos destinados à definição do objeto, elaboração do anteprojeto, projeto básico, termo de referência ou especificação, projeto executivo, do orçamento, bem como os requisitos de habilitação e contratação.

§ 1º O Processo Administrativo conterá, no mínimo, conforme o caso, os seguintes elementos:

- I - justificativa da contratação, do modo de disputa e do critério de julgamento;
- II - definição:
 - a) do objeto da contratação;
 - b) dos orçamentos e preço de referência, remuneração ou prêmio, conforme critério de julgamento adotado;
 - c) dos requisitos de conformidade das propostas;
 - d) dos requisitos de habilitação;
 - e) das exigências que deverão constar do edital e/ou contrato, inclusive as referentes a sanções e, quando for o caso, a prazos de fornecimento.
- III - se for o caso, justificativa para:
 - a) a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço, quando escolhido o critério de julgamento por técnica e preço;
 - b) a indicação de marca ou modelo;
 - c) a exigência de amostra;
 - d) a exigência de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação; e
 - e) a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.
- IV – requisição orçamentária com os valores aprovados, suficientes para a contratação;

- V - declaração de compatibilidade com o planejamento estratégico, no caso de projeto e/ou contratação cuja execução ultrapasse 5 (cinco) anos;
- VI - justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala;
- VII - os prazos e condições para a entrega do objeto;
- VIII - a exigência de garantias e seguros, quando for o caso;
- IX - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do contratado, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso;
- X – matriz de riscos.

§2º Na fase interna serão elaborados, além do previsto no § 1º deste artigo, os seguintes documentos:

- I - instrumento convocatório;
- II - minuta do contrato, quando houver; e
- III - ato de designação da Comissão Especial de Licitação ou do Pregoeiro.

§3º O termo de referência ou especificação, justificativa, projeto básico ou projeto executivo poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental além dos previstos na legislação aplicável.

Seção II

Dos responsáveis pela condução da licitação

Art. 20. As licitações serão processadas e julgadas por Comissão Especial de Licitação ou Pregoeiro, conforme o caso, formalmente designados pela instância competente.

§1º As comissões serão compostas por, no mínimo, três membros tecnicamente qualificados e empregados da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

§2º Os membros da Comissão Especial de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que for adotada a decisão.

§3º Nas licitações para contratação de serviços de publicidade, será observado o disposto no Título VII, Capítulo VI.

§4º O Pregoeiro poderá convocar empregados da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. para compor a equipe de apoio, cuja designação deverá constar em ata ou outro documento formal emitido pelo próprio Pregoeiro e acostado ao respectivo Processo Administrativo.

Art. 21. Compete à Comissão Especial de Licitação e ao Pregoeiro:

- I - processar licitações, receber e responder a pedidos de esclarecimentos;
- II - receber as impugnações contra o instrumento convocatório e encaminhar para deliberação das instâncias competentes;
- III - receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- IV - desclassificar propostas nas hipóteses previstas no instrumento convocatório;
- V - receber e examinar os documentos de habilitação, de acordo com os requisitos no Instrumento Convocatório;
- VI - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, emitir relatório opinativo e encaminhá-los à instância competente, para deliberação;
- VII - dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;
- VIII – adjudicar o objeto ao licitante vencedor, caso não haja manifestação de recurso. Caso haja manifestação de recurso, encaminhar à instância competente para adjudicar o objeto;
- IX - encaminhar os autos da licitação à instância competente para homologar a licitação ou então realizar outro ato que entenda conveniente e oportuno baseado nas informações constantes em ata;
- X - convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato;
- XI - propor à instância competente a revogação ou a anulação da licitação; e
- XII - propor à instância competente a aplicação de sanções.

§1º É facultado à Comissão Especial de Licitação e ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

§2º É facultado à Comissão Especial de Licitação e ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

Seção III

Do Instrumento Convocatório

Art. 22. Integram o instrumento convocatório:

- I - o anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;
- II - projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada ou o projeto executivo, caso esteja disponível;
- III - termo de referência ou especificação no caso de aquisição ou contratação de serviços de natureza comum;
- IV - a minuta do contrato, quando houver;
- V - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos.
- VI - modelos de declarações e outros documentos pertinentes, conforme o caso.

Parágrafo único. No caso de obras ou serviços de engenharia, o instrumento convocatório conterá ainda:

- I - o cronograma de execução, com as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras;
- II - a exigência de que os licitantes apresentem, em suas propostas, a composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, discriminando todas as parcelas que o compõem, exceto no caso da contratação integrada prevista no inciso VI do art. 85 deste Regulamento;
- III - a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os empregados da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e aos órgãos de controle interno e externo;
- IV - documento técnico, no caso de contratação integrada ou semi-integrada, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas; e
- V - matriz de risco.

Seção IV

Do orçamento

Art. 23. O orçamento previamente estimado para a contratação será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§1º Mediante justificativa apresentada na fase de preparação, o orçamento estimado da licitação poderá ser divulgado.

§2º O orçamento estimado constará do instrumento convocatório, na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto.

§3º No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

§4º O orçamento estimado, ainda que tenha caráter sigiloso, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§5º Na hipótese em que o orçamento estimado seja sigiloso, o mesmo poderá ser divulgado somente na fase de negociação, caso o menor valor apresentado esteja acima do valor estimado.

Art. 24. O orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou no Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários, devendo ser observadas as peculiaridades geográficas.

Parágrafo único. No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no *caput*, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Art. 25. O valor estimado do objeto a ser licitado, no caso de utilização de contratação integrada ou semi-integrada, será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

Art. 26. No caso dos orçamentos das contratações integradas:

I - sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares ser realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto da licitação, exigindo-se das contratadas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento em seus demonstrativos de formação de preços;

II - quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalzar o valor do empreendimento ou de fração dele, consideradas as disposições do inciso I, entre 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada nas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo-se das licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados.

Seção V Da publicação

Art. 27. Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação e contratos serão previamente publicados no Jornal Oficial do Município de Londrina e em portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet.

Art. 28. Os procedimentos licitatórios, compreendidas as ratificações, intimações, a pré-qualificação e os contratos serão divulgados em portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet, devendo ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório:

I - para aquisição de bens:

- a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;
- b) 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses.

II - para contratação de obras e serviços:

- a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;
- b) 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses.

III - no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

Parágrafo único. As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

CAPÍTULO III DA FASE EXTERNA Seção I Disposições Gerais

Art. 29. A fase externa tem início com a divulgação do instrumento convocatório, o qual será publicado de acordo com o disposto nos artigos 27 e 28 deste Regulamento.

Art. 30. Após a publicação do instrumento convocatório inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances, conforme o modo de disputa adotado.

Art. 31. As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

Seção II Do Pregão Presencial

Art. 32. As licitações na modalidade de pregão presencial observarão o seguinte procedimento:

I - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

- II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- III - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- IV - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- V - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- VI - encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, o pregoeiro verificará a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido à licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- VII - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;
- VIII - Se tratando de pregão para formação de ata de registro de preços, após o encerramento da etapa competitiva, em atendimento ao inciso V, §2º, art. 66, da Lei 13.303/2016, o pregoeiro perguntará aos licitantes quais aceitam reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

- a - A apresentação de novas propostas na forma do item anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.
- b - Havendo um ou mais licitantes que aceitem reduzir suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- c. A tabela com os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor será registrada na Ata de Registro de Preço.

- IX - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- X - a habilitação far-se-á de acordo com o disposto no instrumento convocatório e neste Regulamento;
- XI - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Cadastramento da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. quando for o caso, desde que os documentos estejam dentro do prazo de suas respectivas validades, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;
- XII - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;
- XIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;
- XIV - o pregoeiro poderá intentar negociação visando à obtenção de melhores condições de preço ou qualidade diretamente com o proponente autor da proposta mais bem classificada;
- XV - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- XVI - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- XVII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;
- XVIII - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor; e
- XIX - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital.

§1º. Será priorizado a utilização de pregão na modalidade presencial na aquisição de bens ou serviços comuns, que envolvam produtos de pequenas empresas ou, de produtores rurais estabelecidos na região, como política pública de incentivo e promoção do desenvolvimento local e regional.

§2º. Para os lotes do pregão presencial com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e lotes referentes às cotas de até 25% são exclusivos para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, a Londrina Iluminação poderá determinar que a participação nestes lotes seja exclusiva as empresas sediadas local ou regionalmente, considerando o Município de Londrina.

Seção III Do Pregão Eletrônico

Art. 33. As licitações na modalidade de pregão eletrônico observarão os seguintes procedimentos:

- I - a partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro, com a utilização de sua chave de acesso e senha;
- II - os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha;
- III - o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;
- IV - a desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- V - as propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet;
- VI - o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes;
- VII - o sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance;
- VIII - classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- IX - no que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- X - os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital;
- XI - o licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- XII - não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- XIII - durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- XIV - a etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, em prazo nunca inferior a 5 (cinco) minutos, com exceção aos pregões em que tenha sido classificada apenas uma proposta, que poderá ser encerrado em prazo inferior;
- XV - a partir do encerramento da etapa de lances pelo pregoeiro, dar-se-á início a etapa de lances por tempo randômico, por meio de sistema eletrônico, que encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que durará até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- XVI - encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, o sistema verificará a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido à licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- XVII - após a definição do melhor lance, caso previsto em edital, haverá o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações, quando existir diferença igual ou superior a 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente;

XVIII - após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições;

XIX - a negociação será realizada formalmente com a proponente que apresentar a melhor proposta, por meio do sistema ou e-mail, e ficará disponível para a consulta a todos os interessados;

XX - no caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

XXI - quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação;

XXII - encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;

XXIII - a habilitação dos licitantes será realizada de acordo com o disposto neste Regulamento e no instrumento convocatório;

XXIV - se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

XXV - constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XXVI - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo do instrumento convocatório e de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar da data em que o pregoeiro divulgar o recurso na plataforma eletrônica, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

XXVII - a falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do inciso anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

XXVIII - o acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIX - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente na forma deste Regulamento adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§1º. Para os lotes do pregão eletrônico com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e lotes referentes às cotas de até 25% são exclusivos para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, a Londrina Iluminação poderá determinar que a participação nestes lotes seja exclusiva as empresas sediadas local ou regionalmente, considerando o Município de Londrina.

Seção IV
Da Apresentação das Propostas ou Lances
Subseção I
Disposições Gerais

Art. 34. As licitações poderão adotar os modos de disputa aberto, fechado ou a combinação de ambos.

Art. 35. Os licitantes deverão apresentar na abertura da sessão pública declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

§1º Os licitantes que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar também declaração de seu enquadramento.

§2º Nas licitações sob a forma eletrônica, também deverão ser apresentadas pelos licitantes as declarações de que trata este artigo.

Art. 36. A Comissão Especial de Licitação verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

§1º. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

§2º. Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos.

Subseção II
Modo de disputa aberto

Art. 37. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

Art. 38. Poderão ser admitidos:

I - a apresentação de lances intermediários;

II - o reinício da disputa aberta, após a definição do melhor lance, para definição das demais colocações, quando existir diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente.

Parágrafo único. Consideram-se intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Art. 39. Caso a licitação, no modo de disputa aberto, seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

I - as propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade;

II - a Comissão Especial de Licitação convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais;

III - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta; e

IV - o instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

Subseção III
Modo de disputa fechado

Art. 40. No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e a hora designadas para que sejam divulgadas.

Parágrafo único. No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes lacrados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme critério de vantajosidade.

Subseção IV
Combinação dos modos de disputa

Art. 41. A combinação dos modos de disputa aberto e fechado poderá ser realizada no caso de parcelamento do objeto, quando da adoção de licitação por itens ou por lotes.

Seção V
Do julgamento das Propostas
Subseção I
Disposições Gerais

Art. 42. Para efeito de julgamento das propostas, poderão ser utilizados os seguintes critérios que constarão do edital:

- I - menor preço;
- II - maior desconto;
- III - melhor combinação de técnica e preço;
- IV - melhor técnica;
- V - melhor conteúdo artístico;
- VI - maior oferta de preço;
- VII - maior retorno econômico;
- VIII - melhor destinação de bens alienados.

§1º O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos no instrumento convocatório, sendo vedado computar vantagens ali não previstas.

§2º Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto.

§3º Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III, IV, V e VII do *caput* deste artigo, o julgamento das propostas será efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no instrumento convocatório, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.

Subseção II
Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 43. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos no instrumento convocatório.

Art. 44. No critério de julgamento por maior desconto:

- I - será adotado como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido na proposta vencedora a eventuais termos aditivos;
- II - no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.

Subseção III
Técnica e Preço

Art. 45. O critério de julgamento de técnica e preço poderá ser utilizado, em especial, nas licitações destinadas a contratar objeto:

- I - de natureza predominantemente intelectual ou de inovação tecnológica ou técnica; ou
- II - que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado, pontuando-se as vantagens e qualidades oferecidas para cada produto ou solução.

Parágrafo único. Será escolhido o critério de julgamento a que se refere o *caput* quando a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no instrumento convocatório forem relevantes aos fins pretendidos.

Art. 46. No julgamento pelo critério de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderação objetivos previstos no instrumento convocatório.

§ 1º O fator de ponderação mais relevante será limitado a 70% (setenta por cento).

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

§ 3º O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas, cujo não atingimento implicará desclassificação da proposta.

Subseção IV
Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico

Art. 47. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística, incluídos os projetos arquitetônicos e excluídos os projetos de engenharia.

Art. 48. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.

§ 1º O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor.

§2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas.

§3º O instrumento convocatório poderá estabelecer pontuação mínima para as propostas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

Art. 49. Sem prejuízo do disposto no art. 104 deste Regulamento, nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico, a Comissão Especial de Licitação poderá ser auxiliada por Comissão de apoio integrada por, no mínimo, 3 (três) pessoas de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria em exame, que podem ser empregados da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Parágrafo único. Os membros da comissão de apoio a que se refere o *caput* responderão por todos os atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

Subseção V Maior oferta de preço

Art. 50. O critério de julgamento pela maior oferta de preço será utilizado no caso de contratos que resultem em receita para a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

§1º Poderá ser dispensado o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira.

§2º Poderá ser requisito de habilitação a comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do valor mínimo de arrematação.

§3º Na hipótese do § 2º, o licitante vencedor perderá a quantia em favor da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., caso não pague o restante eventualmente devido no prazo estipulado.

Art. 51. Os bens e direitos a serem licitados pelo critério maior oferta de preço serão previamente avaliados para a fixação do valor mínimo de arrematação.

Art. 52. O instrumento convocatório definirá a forma e prazo de pagamento e estabelecerá as condições de entrega do bem ao arrematante.

Subseção VI Maior retorno econômico

Art. 53. No critério maior retorno econômico, os lances ou as propostas terão o objetivo de proporcionar economia à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., por meio da redução de suas despesas correntes, remunerando-se o licitante vencedor com base em percentual da economia de recursos gerada.

§1º O critério de julgamento pelo maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.

§2º O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§3º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Art. 54. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:

a) as obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento; e

b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária;

II - proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

Subseção VII Melhor destinação de bens alienados

Art. 55. Na implementação do critério melhor destinação de bens alienados, será obrigatoriamente considerada, nos termos do respectivo instrumento convocatório, a repercussão, no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

Parágrafo único. O descumprimento da finalidade mencionada no *caput* resultará na imediata restituição do bem ao acervo patrimonial da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., vedado, nessa hipótese, o pagamento de indenização em favor do adquirente.

Subseção VIII Preferência e desempate

Art. 56. Em caso de empate entre propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no §1º do art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV - sorteio.

Parágrafo único. O sorteio será feito em ato público, mediante prévia comunicação formal do dia, hora e local, conforme definido no instrumento convocatório.

Art. 57. Aplicam-se às licitações os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, referentes à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 58. Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, em licitações, considera-se empate aquelas situações em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada e para pregão, o percentual de 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada.

§1º Nas situações descritas no *caput*, à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou proposta mais vantajosa poderá apresentar nova proposta de preço inferior à proposta melhor classificada.

§2º Caso não seja apresentada a nova proposta de que trata o §1º, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte licitantes, com propostas até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada, serão convidadas a exercer o mesmo direito, conforme a ordem de vantajosidade de suas propostas.

§3º. Em específico para os LOTES/ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, sendo a proposta de menor preço ofertada por empresa não sediada na local ou regionalmente o pregoeiro verificará a existência de preços propostos por licitantes sediados conforme citado, dentro do limite de até 10% (dez por cento) superior e na existência de propostas com preços dentro deste limite o pregoeiro aceitará e entenderá como menor preço a menor proposta apresentada por licitante sediado em Londrina;

Art. 59. Nas licitações em que, após o exercício de preferência de que trata o art. 57, esteja configurado empate em primeiro lugar, será observado o disposto no art. 56 deste Regulamento.

Subseção IX Análise e classificação de proposta

Art. 60. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a Comissão Especial de Licitação ou o Pregoeiro, classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

Art. 61. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

- I - contenha vícios insanáveis;
- II - descumpra especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III - apresente preços manifestamente inexequíveis;
- IV - se encontre acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação prevista no art. 62 deste Regulamento;
- V - não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigida;
- VI - apresente desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

§1º A Comissão Especial de Licitação ou o Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do *caput*.

§2º Na hipótese de que trata o §1º, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

§3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, a economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, considerando-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.; ou
- II - valor do orçamento estimado pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

§ 4º Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

Art. 62. Será realizada negociação, com vistas a obter condições mais vantajosas, com o licitante que apresentou a melhor proposta ou lance válidos.

§1º Quando o preço do primeiro colocado permanecer acima do orçamento estimado este será desclassificado e será realizada negociação com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

§2º Se, após a negociação com os demais licitantes, conforme mencionado no §1º, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação poderá ser revogada ou declarada fracassada.

Subseção X Formação do Cadastro de Reserva

Art. 63. Após o encerramento da etapa competitiva da sessão de pregão do registro de preços, em atendimento ao inciso V, §2º, art. 66, da Lei 13.303/2016, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

Art. 64. A apresentação de novas propostas na forma do artigo anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.

Art. 65. Havendo um ou mais licitantes que aceitem reduzir suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

Art. 66. A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o licitante vencedor:

- a) Não assine a ata dentro do prazo que for estabelecido em edital;
- b) Tenha seu registro cancelado por qualquer umas das hipóteses previstas em edital;
- c) Não puder fornecer no prazo de entrega determinado neste edital, em parte ou na totalidade, a quantidade solicitada pela LONDRINA ILUMINAÇÃO. Nesta situação a LONDRINA ILUMINAÇÃO poderá realizar a compra de mais de um fornecedor, de forma a viabilizar a aquisição da quantidade total solicitada;

Art. 67. A tabela com os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor será registrada na Ata de Registro de Preço.

Subseção XI Habilitação

Art. 68. A habilitação considerará os seguintes critérios, a serem definidos no instrumento convocatório:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;
II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes;
III - capacidade econômica e financeira;
IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.
Art. 69. Concluída a habilitação ou a verificação da efetividade da proposta, quando houver a inversão de fases, exaurida a fase recursal, o objeto deverá ser adjudicado e a licitação homologada.

Parágrafo único. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

Seção VI Da revogação e da anulação da licitação e do contrato

Art. 70. A revogação da licitação ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - realizada a negociação, após a fase de julgamento, a proposta ou lance ofertado permanecer acima do valor estimado para a contratação;
II - não comparecimento do licitante vencedor para assinar o contrato e;
III - por razões de interesse da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável.

Art. 71. A anulação da licitação ocorrerá quando houver ilegalidade, salvo se for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

§1º A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o § 2º deste artigo.

§2º A nulidade da licitação induz à do contrato.

Art. 72. A revogação ou anulação, depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, somente ocorrerá após concedida aos licitantes oportunidade para se manifestarem, assegurando-lhes o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

Seção VII Da Participação em Consórcio

Art. 73. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, serão observadas as seguintes condições:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório;
III - apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:
a) apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual; e
b) demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.
V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

§1º O instrumento convocatório conterá exigência de que conste cláusula de responsabilidade solidária:

I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
II - no contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

§2º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do *caput*.

§3º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do *caput*.

§4º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

§5º O instrumento convocatório poderá, no interesse da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., fixar a quantidade máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

§6º O acréscimo previsto na alínea "a" do inciso IV do *caput* não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 74. Os consórcios podem ser:

I - horizontais compostos por empresas que assumem a execução em conjunto de todas as obrigações contratuais;
II - verticais compostos por empresas que assumem a execução de parcela(s) distinta(s) das obrigações contratuais.

§1º Os consorciados são responsáveis solidários pelas obrigações contratuais e danos causados em decorrência do contrato perante a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., sem prejuízos de outras sanções legais cabíveis.

§2º Mesmo nos casos de solidariedade, a aplicação de sanções que levem ao impedimento de licitar e contratar devem ser proporcionais às condutas de cada consorciado, desde que se possa distingui-las.

§3º É permitido limitar a quantidade de participantes em consórcio e/ou estabelecer percentuais mínimos de participação para cada consorciado, devidamente justificada.

§4º O edital pode exigir que o consórcio vencedor da licitação constitua-se em sociedade de propósitos específicos, desde que haja justificativa.

**Seção VIII
Dos Recursos**

Art. 75. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§1º Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

§2º Na hipótese de inversão de fases, o prazo referido no § 1º será aberto após a habilitação e após o encerramento da verificação da efetividade dos lances ou propostas, abrangendo o segundo prazo também atos decorrentes do julgamento.

§3º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

Art. 76. Na contagem dos prazos estabelecidos no art. 75, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Art.77. O recurso será dirigido à instância superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade e poderá reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 78. O provimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**TÍTULO VI
CONTRATAÇÃO DIRETA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 79. Podem ser realizadas contratações diretas que atendam aos requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 80. O processo de contratação direta será instruído, no mínimo, com os seguintes elementos:

- I - a caracterização da situação que justifique a dispensa ou inexigibilidade;
- II - a razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III – a justificativa do preço;
- IV – ato de ratificação pela instância competente, exceto para as hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 82.

Art. 81. As contratações diretas por limite de valor serão publicadas mensalmente em portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet.

**CAPÍTULO II
DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Art. 82. É dispensável a licitação nas seguintes hipóteses:

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;
- III - quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., desde que mantidas as condições preestabelecidas;
- IV - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;
- V - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- VI - na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- VII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;
- VIII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;
- IX - na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- X - na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público;
- XI - nas contratações entre a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e suas respectivas subsidiárias, para aquisição ou alienação de bens e prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social;
- XII - na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;
- XIII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada para esse fim;
- XIV - nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;
- XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento

da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no §2º; XVI - na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta; XVII - na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação; XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

§1º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso VI do *caput*, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

§2º A contratação direta com base no inciso XV do *caput* não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante à Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

§3º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do *caput* serão reajustados anualmente, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor, contados a partir da publicação deste Regulamento, valores estes que serão divulgados em portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet

§4º. Para as aquisições de bem e contratação de serviços fundamentados por meio dos incisos I e II deste artigo, será dada prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

CAPÍTULO III DA INEXIGIBILIDADE

Art. 83. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; II - para a contratação dos serviços técnicos especializados, a exemplo dos indicados no art. 30, inciso II, da Lei 13.303/2016, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Parágrafo único. Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 84. As situações de inexigibilidade de licitação que se enquadrem nos limites dos incisos I e II do *caput* do art. 82 deverão ser processadas de acordo com as regras previstas para dispensa de licitação.

TÍTULO VII REGRAS ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO CAPÍTULO I DOS REGIMES DE CONTRATAÇÃO

Art. 85. Para obras e serviços, inclusive de engenharia, poderão ser utilizados os seguintes regimes de contratação:

I - empreitada por preço unitário;
II - empreitada por preço global;
III – contratação por tarefa;
IV - empreitada integral;
V - contratação semi-integrada; e
VI - contratação integrada.

Parágrafo único. Os regimes dos incisos V e VI restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia.

CAPÍTULO II DAS OBRAS E SERVIÇOS

Art. 86. Para as obras e serviços de engenharia deverá ser utilizado, em regra, o regime de contratação semi-integrada.

Art. 87. Nos regimes de contratação integrada e semi-integrada, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução.

Art. 88. As contratações de obras e serviços de engenharia serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de projeto básico, com exceção daquelas em que for adotado o regime de contratação integrada.

Parágrafo único. O projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação.

Art. 89. É vedada a execução, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia, independentemente do regime adotado.

Parágrafo único. A elaboração do projeto executivo poderá constituir encargo do contratado, consoante preço previamente fixado.

Art. 90. Sendo inviável a adoção do regime previsto no art. 86, poderão ser utilizadas as outras modalidades previstas no art. 85, desde que devidamente justificadas.

Art. 91. Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pela contratante deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

Parágrafo único. A matriz de risco conterá, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;

- b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

Art. 92. Poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no Instrumento Convocatório e no contrato, observado o limite orçamentário.

Art. 93. Desde que não implique perda de economia de escala, poderá ser celebrado mais de um contrato para executar serviço de mesma natureza quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contrato.

CAPÍTULO III DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

Art. 94. As licitações para a aquisição de bens e contratações de serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, serão processadas na forma da Lei 13.303/2016 e deste Regulamento.

Art. 95. Na licitação, para aquisição de bens, é permitido:

I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;
- c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão "ou similar ou de melhor qualidade";

II - exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade de sua apresentação;

III - solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.

Parágrafo único. O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

Art. 96. Será publicada, com periodicidade mínima semestral, no sítio eletrônico www.sercomteliluminacao.com.br, a relação das aquisições de bens efetivadas, compreendendo as seguintes informações:

I - identificação do bem comprado, de seu preço unitário e da quantidade adquirida;

II - nome do fornecedor;

III - valor total de cada aquisição.

CAPÍTULO IV DA ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 97. A alienação de bens será precedida de:

I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 82 deste Regulamento;

II - licitação, ressalvado o previsto no art. 4º deste Regulamento.

Art. 98. Aplicam-se à atribuição de ônus real a bens integrantes do acervo patrimonial da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., as disposições deste Regulamento relativas à alienação, inclusive em relação às hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 99. O processo de alienação será realizado presencialmente ou eletronicamente por meio do sítio eletrônico www.sercomteliluminacao.com.br e poderão ser adotados os critérios de julgamento maior oferta ou melhor destinação de bens alienados.

CAPÍTULO V DO PATROCÍNIO

Art. 100. A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio para promoção de atividades culturais, ambientais, sociais, esportivas, educacionais, científicas, negociais e tecnológicas, desde que vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas deste Regulamento, bem como da Política de Patrocínios da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., disponível no portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet.

CAPÍTULO VI DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DE COMUNICAÇÃO

Art. 101. A contratação dos serviços de publicidade e de comunicação observará, além das demais disposições deste Regulamento, as previstas neste Capítulo, bem como subsidiariamente as disposições da Lei nº 12.232/10.

Art. 102. Faculta-se a adjudicação do objeto da licitação a mais de um fornecedor, sem a segregação em itens.

Parágrafo único. Nas licitações para contratação de serviços de publicidade, somente poderão participar agências de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento que poderá ser obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP.

Art. 103. A modalidade de licitação para a contratação de serviços de publicidade e de comunicação poderá ser do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

§1º As informações para que os interessados elaborem propostas serão estabelecidas em um *briefing*.

§2º A proposta técnica será composta de um plano de comunicação baseado nas informações do *briefing*.

§3º A proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com a remuneração do mercado.

§4º Nas licitações do tipo "melhor técnica", serão fixados critérios para a identificação da proposta mais vantajosa para a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. no caso de empate.

§5º O formato para apresentação pelos proponentes do plano de comunicação será padronizado quanto a seu tamanho, a fontes tipográficas, a espaçamento de parágrafos, a quantidades e formas dos exemplos de peças e/ou materiais e a outros aspectos pertinentes.

§6º Na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia e de comunicação, os proponentes poderão utilizar as fontes tipográficas que julgarem mais adequadas para sua apresentação;

§7º No caso de licitação para contratação de serviços de publicidade será vedada a aposição, em qualquer parte da via não identificada do plano de comunicação, dos documentos constantes da via não identificada do plano de comunicação e do invólucro destinado às informações relativas ao licitante, assim como nos documentos nele contidos, de marca, sinal, etiqueta, palavra ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do plano e que possibilite a identificação do seu proponente antes da abertura do invólucro.

§8º Será desclassificado o licitante que descumprir o disposto no §7º deste artigo e demais disposições do instrumento convocatório.

§9º Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à Comissão Especial de Licitação na data, local e horário determinados no instrumento convocatório.

§10 Os integrantes da subcomissão técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as propostas técnicas e de preços.

Art. 104. As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

§1º A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

§2º Qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação do §1º até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão destinada ao sorteio.

§3º Admitida à impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na subcomissão técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão.

§4º A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado.

§5º Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação só serão recebidos pela Comissão Especial de Licitação se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante.

§6º A Comissão Especial de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação.

Art. 105. Os custos e as despesas de veiculação apresentados à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. para pagamento deverão ser acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, quando houver, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível.

Parágrafo único. Pertencem à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio do fornecedor, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos pelo veículo de divulgação.

Art. 106. Os fornecedores contratados deverão, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças e/ou materiais produzidos.

Art. 107. No caso de campanhas publicitárias, os valores correspondentes ao desconto padrão de agência pela concepção, execução e distribuição de propaganda, por ordem e conta da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., constituem receita da agência de publicidade e, em consequência, o veículo de divulgação não pode, para quaisquer fins, faturar e contabilizar tais valores como receita própria, inclusive quando o repasse do desconto-padrão à agência de publicidade for efetivado por meio de veículo de divulgação.

Parágrafo único. É facultativa a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por agência de propaganda, e os frutos deles resultantes constituem receita própria da agência:

I - a equação econômico-financeira não se altera em razão da existência ou não de planos de incentivo;

II - as agências de propaganda não poderão, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES

Art. 108. São procedimentos auxiliares das licitações:

I - pré-qualificação permanente;

II - cadastramento;

III - sistema de registro de preços;

IV - catálogo eletrônico de padronização.

Seção I Da Pré-Qualificação Permanente

Art. 109. Considera-se pré-qualificação permanente o procedimento anterior à licitação destinado a identificar:

I - fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos;
II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade.

§1º O procedimento de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.

§2º Poderá ser restringida a participação nas licitações à fornecedores ou produtos pré-qualificados, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§3º A pré-qualificação poderá ser efetuada nos grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

§4º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§5º A pré-qualificação terá validade de 1 (um) ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

§6º Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

§7º A relação dos produtos e dos interessados que forem pré-qualificados será divulgada em portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet;

Art. 110. Sempre que a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. entender conveniente iniciar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 1º A convocação de que trata o *caput* será realizada mediante:

I - publicação de extrato do instrumento convocatório no Jornal Oficial do Município de Londrina, sem prejuízo da possibilidade de publicação de extrato em jornal diário de grande circulação; e
II - divulgação em portal específico da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. na internet.

§2º A convocação explicitará as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

Art. 111. Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável sempre que o registro for atualizado.

Art. 112. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação do ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessados, observado o disposto nos arts. 75 a 78 deste Regulamento, no que couber.

Art. 113. A licitação poderá ser restrita aos pré-qualificados, desde que, justificadamente:

I - a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados;
II - na convocação a que se refere o inciso I do *caput* conste estimativa de quantitativos mínimos que a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. pretende adquirir ou contratar nos próximos 12 (doze) meses e de prazos para publicação do edital; e
III - a pré-qualificação seja total, contendo todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.

Seção II Do Cadastramento

Art. 114. A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá disponibilizar a todos os interessados o Cadastramento, que consiste em um banco de dados contendo informações sobre os requisitos de habilitação de potenciais licitantes.

§1º Os registros cadastrais serão válidos por 1 (um) ano, podendo ser atualizados a qualquer tempo e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados.

§2º Os inscritos serão admitidos segundo requisitos previstos em edital.

§3º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

§4º A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para habilitação ou para admissão cadastral.

Seção III Do Sistema de Registro de Preços

Art. 115. Poderá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços previsto na Lei nº 13.303/16 o qual observará as seguintes condições:

I - efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado;
II - rotina de controle e atualização periódica dos preços registrados;
III - definição da validade do registro;
IV - inclusão, na respectiva ata, do registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais.

Parágrafo único. A existência de preços registrados não obriga a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado preferência em igualdade de condições.

Art. 116. Os itens do objeto da licitação poderão, mediante justificativa, ser agrupados em lotes, quando técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observados o preço unitário o prazo e o local de entrega, fixados no edital, sem perda da economia de escala, respeitando a quantidade mínima.

Art. 117. Homologado o resultado da licitação, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados, os preços, o(s) fornecedor(es) de bens, prestador(es) de serviços, e o período da execução e vigência, com observância da ordem de classificação, das quantidades e das condições a serem consideradas nas eventuais contratações

§ 1º A ata de registro de preços deverá ser assinada pelos fornecedores e prestadores de serviços classificados em primeiro lugar.

§ 2º Quando o primeiro fornecedor registrado atingir o seu limite de fornecimento estabelecido na ata de registro de preços ou tiver o seu preço registrado cancelado, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá elaborar a ata com o segundo colocado e, assim, sucessivamente,

§ 3º Poderão ocorrer, durante a vigência da ata, alterações de quantidades, conforme necessidade da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., em até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o item ou lote, em conformidade com o §1º do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016.

Art. 118. O prazo máximo de validade para a execução do objeto da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação no site da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., e o prazo de vigência terá início a partir da assinatura desta.

§1º A publicação no site LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. não dispensará a publicação da ata no Jornal Oficial do Município, condição indispensável para sua eficácia.

§2º Os pedidos, contratações e aquisições realizados durante o período de execução da ata não impedem que o recebimento e o respectivo pagamento ocorram após o seu vencimento.

Art. 119. A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou acréscimo daqueles praticados no mercado.

§1º Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. deverá:

- I - convocar o detentor da ata, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;
- II - liberar o detentor da ata do compromisso assumido, e cancelar o registro do seu preço, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;
- III - convocar os demais fornecedores e prestadores de serviços, visando à igual oportunidade de negociação.

§2º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, devendo priorizar as negociações com os fornecedores pertencentes ao cadastro de reserva.

§3º Não havendo êxito nas negociações, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. cancelará o registro do preço do bem ou serviço.

§4º Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

Art. 120. As alterações nas atas, em razão de revisão de preços, acréscimos ou supressões de quantidades deverão ser efetuadas através de ata complementar, sequencialmente numeradas, produzindo efeitos a partir da data da sua publicação no site oficial do Município.

Parágrafo único: na hipótese de revisão de preços, o detentor da ata terá direito ao novo valor desde a data do protocolo do seu requerimento, observadas as disposições para publicidade prevista no *caput* deste artigo.

Art. 121. O detentor da ata terá seu preço registrado cancelado, quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - recusar-se a celebrar o contrato, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.
- V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração nos termos do artigo 38, inciso III, da Lei Federal n.º 13.303/2016;

Parágrafo único: O cancelamento do preço registrado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão do diretor presidente e publicado no Jornal Oficial do Município e por meios eletrônicos.

Seção IV Do Catálogo Eletrônico De Padronização

Art. 122. O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras consiste em sistema informatizado, de gerenciamento centralizado, destinado a permitir a padronização dos itens a serem adquiridos.

Parágrafo único. O catálogo referido no *caput* poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o menor preço ou o maior desconto e conterá toda a documentação e todos os procedimentos da fase interna da licitação, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Art. 123. As compras deverão, sempre que possível, atender ao princípio da padronização. Portanto, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá manter catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.

CAPÍTULO VIII OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 124. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas passam a ser propriedade da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

Seção I
Do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI

Art. 125. Poderá ser adotado o procedimento de manifestação de interesse privado para o recebimento de propostas e projetos de empreendimentos com vistas a atender necessidades previamente identificadas, bem como subsidiar processos licitatórios.

Parágrafo único. O autor ou financiador do projeto poderá participar da licitação para a execução do empreendimento, podendo ser ressarcido pelos custos aprovados pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., caso não vença o certame, desde que seja promovida a cessão dos direitos patrimoniais e autorais, conforme previsto no art. 117.

Art. 126. O PMI objetiva ampliar a eficiência administrativa e obter de interessados no mercado específico a solução técnica que melhor atenda à necessidade da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Parágrafo único. A competência para abertura, autorização e aprovação de PMI será exercida pela autoridade máxima ou pelo órgão colegiado da diretoria executiva da Companhia.

Art. 127. O PMI será composto das seguintes fases:

- I - abertura;
- II - autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e
- III - avaliação, seleção e aprovação.

Art. 128. O PMI será aberto mediante publicação de edital de chamada pública, a ser promovido de ofício ou por provocação de pessoa física ou jurídica interessada.

Parágrafo único. A proposta de abertura de PMI, por pessoa física ou jurídica interessada, será dirigida ao diretor-presidente da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e deverá conter a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. a ser atendidas e do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos necessários.

Art. 129. O edital de chamada pública conterá as regras específicas para cada situação concreta, devendo, no mínimo:

- I - delimitar o escopo, mediante termo de referência dos projetos, levantamentos, investigação ou estudos; e
- II - indicar:
 - a) diretrizes e premissas do projeto que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;
 - b) prazo máximo e forma para apresentação de requerimento de autorização para participar do procedimento;
 - c) prazo máximo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data de publicação da autorização. O prazo máximo deverá ser compatível com a abrangência dos estudos e o nível de complexidade das atividades a ser desenvolvidas;
 - d) valor nominal máximo para eventual ressarcimento;
 - e) critérios para qualificação, análise e aprovação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;
 - f) critérios para avaliação e seleção de projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado autorizadas.
- III – ser objeto de ampla publicidade, por meio de publicação no diário Oficial do Município e de divulgação no sítio na *internet* da Companhia.

§1º. Para fins de definição do objeto e do escopo do projeto, levantamento, investigação ou estudo, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. avaliará, em cada caso, a conveniência e a oportunidade de reunir parcelas fracionáveis em um mesmo PMI para assegurar, entre outros aspectos, economia de escala, coerência de estudos relacionados a determinado setor, padronização ou celeridade do processo.

§2º. A delimitação de escopo a que se refere o inciso I do caput poderá se restringir à indicação do problema a ser resolvido por meio do empreendimento, deixando a possibilidade de as pessoas físicas e/ou jurídicas de direito privado sugerirem diferentes meios para sua solução.

§3º. O prazo para apresentação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos não será inferior a 20 (vinte) dias, contado da data de publicação do edital.

§4º. O prazo previamente definido para a entrega do projeto, estudo ou levantamento poderá ser suspenso ou prorrogado:

- I - de ofício pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., mediante suficiente motivação;
- II - a requerimento do interessado, mediante apresentação de justificativa pertinente e aceita pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Art. 130. O valor nominal máximo para eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos será fundamentado em prévia justificativa técnica, que poderá basear-se na complexidade dos estudos ou na elaboração de estudos similares.

Parágrafo único. O edital de chamada pública poderá condicionar o ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos à necessidade de sua atualização e de sua adequação, até a abertura da licitação do empreendimento, em decorrência, entre outros aspectos, de:

- I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;
- II - recomendações e determinações dos órgãos de controle; ou
- III - contribuições provenientes de consulta e audiência pública.

Art. 131. O desenvolvimento dos projetos, investigações, estudos ou levantamentos por pessoa física ou jurídica de direito privado interessada depende da formalização de um ato de autorização pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A..

§1º. O requerimento de autorização de que trata o caput conterá as seguintes informações:

- I - qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:
 - a) nome completo;
 - b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - c) cargo, profissão ou ramo de atividade;
 - d) endereço; e
 - e) endereço eletrônico;
- II - demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares aos solicitados;

III - detalhamento das atividades que pretende realizar, considerado o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos definidos na solicitação, inclusive com a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos; IV - indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição; e V - declaração de transferência à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados.

§2º. Qualquer alteração na qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A..

§3º. Fica facultado aos interessados a que se refere o caput se associarem para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos em conjunto, hipótese em que deverá ser feita a indicação das empresas responsáveis pela interlocução com a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

§4º. No caso de PMI provocado por pessoa física ou jurídica de direito privado, deverá constar do edital de chamada pública o nome da pessoa física ou jurídica que motivou a abertura do processo.

Art. 132. A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos:

- I - será, em regra, conferida sem exclusividade;
- II - não gerará direito de preferência no processo licitatório do empreendimento;
- III - não obrigará a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. a realizar licitação;
- IV - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração; e
- V - será pessoal e intransferível.

§1º. A autorização para a realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

§2º. Na elaboração do termo de autorização serão estabelecidas as condições e as especificações da autorização concedida, inclusive quanto às atividades a ser desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§3º. Em regra, a produção e a seleção de projetos, estudos, investigação ou levantamentos serão conferidas sem caráter de exclusividade ou pela atribuição a um número limitado de interessados, em ambos os casos. Entretanto, caso seja realizada a opção pela exclusividade, devidamente justificada, será necessário:

- I - constar no edital de chamada pública de PMI a exclusividade na autorização;
- II - constar na justificativa a análise comparativa das credenciais técnicas e jurídicas comerciais dos interessados, como experiência profissional comprovada, plano de trabalho e avaliações preliminares sobre o empreendimento, a partir do exercício de discricionariedade técnica da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e de acordo com os critérios e parâmetros definidos no edital de chamada pública.

Art. 133. A autorização poderá ser:

- I - cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de descumprimento do prazo para reapresentação determinado pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e de não observação da legislação aplicável;
- II - revogada, em caso de:
 - a) perda de interesse da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. no empreendimento;
 - b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, no prazo fixado em edital, por meio de comunicação à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. por escrito;
- III - anulada, em caso de vício no procedimento regulado por este Regulamento ou por outros motivos previstos na legislação; ou
- IV - tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§1º. Os casos previstos no caput não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

§2º. Contado o prazo de 30 (trinta) dias da data da comunicação da cassação, revogação, anulação ou perda de efeito da autorização, os documentos eventualmente encaminhados à entidade solicitante que não tenham sido retirados pela pessoa autorizada poderão ser destruídos.

Art. 134. A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá realizar reuniões com a pessoa autorizada e quaisquer interessados na realização de chamada pública, sempre que entender que possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de projetos, levantamentos, investigações e estudos mais adequados aos empreendimentos.

Art. 135. A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuadas por comissão designada pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

§1º. A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. poderá, a seu critério, abrir prazo para reapresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, caso necessitem de detalhamentos ou correções, que deverão estar expressamente indicados no ato de reabertura de prazo.

§2º. A não reapresentação em prazo indicado pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. implicará a cassação da autorização.

Art. 136. Os critérios para avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão especificados no edital de chamada pública e considerarão:

- I - a observância de diretrizes e premissas definidas pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.
- II - a consistência e a coerência das informações que subsidiaram sua realização;
- III - a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;
- IV - a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;
- V - a demonstração comparativa de custo e de benefício da proposta do empreendimento em relação às opções funcionalmente equivalentes, na hipótese de a delimitação do escopo ter se restringido apenas à indicação do problema a ser resolvido;
- VI - o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.

Parágrafo único. Para avaliação e seleção dos objetos descritos no *caput*, com a observância dos elementos a serem considerados nos respectivos incisos, quando for o caso, e mediante a apresentação de justificativa, será admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Art. 137. Nenhum dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados vinculam a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., e cabe a seus órgãos técnicos e jurídicos avaliar, opinar e aprovar a legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos, levantamentos, investigações e estudos eventualmente apresentados.

Art. 138. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos somente serão divulgados após a decisão administrativa.

Art. 139. Concluída a seleção, o autor ou financiador do projeto, estudo, investigação ou levantamento aprovado no PMI poderá ser ressarcido pelos custos, no valor nominal máximo estabelecido pela comissão, desde que seja promovida a respectiva cessão de direitos, na forma do art. 80 da Lei Federal nº 13.303/2016, e desde que seja condicionada à atualização do projeto, estudo, investigação ou levantamento, até a abertura da licitação do empreendimento.

§1º. O autor ou financiador do projeto aprovado no PMI poderá participar da licitação para a execução do empreendimento.

§2º. O valor arbitrado pela comissão poderá ser rejeitado pelo interessado, em até 05 (cinco) dias úteis, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de rejeição.

§3º. Na hipótese prevista no §2º., fica facultado à comissão selecionar outros projetos, levantamentos, investigações e estudos entre aqueles apresentados.

§4º. O valor arbitrado pela comissão deverá ser aceito por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis, com expressa renúncia a outros valores pecuniários.

§5º. Concluída a seleção de que trata o *caput*, a comissão poderá solicitar correções e alterações dos projetos, levantamentos, investigações e estudos, sempre que tais correções e alterações forem necessárias para atender às demandas de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos.

§6º. Na hipótese de alterações previstas no §5º., a ILUMINAÇÃO poderá apresentar novos valores para um possível ressarcimento de que trata o *caput*, sendo que em eventual adequação de valores para menos deverá ser devidamente justificada, sendo vedada sua majoração.

§7º. Não consistirá justa causa para a redução de seu valor as meras adequações ou ajustes feitos pela ILUMINAÇÃO que não desvirtuem os aspectos essenciais.

Art. 140. O ressarcimento dos valores relativos a projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, nos termos deste Regulamento, serão realizados, à pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada pela ILUMINAÇÃO, exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que os projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados tenham sido efetivamente utilizados no certame. Neste caso, não será devida qualquer quantia pecuniária pela ILUMINAÇÃO em razão da realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

CAPÍTULO IX DOS CONTRATOS Seção I – Disposições Gerais

Art. 141. Os contratos regulam-se pelas suas cláusulas, pelo disposto neste Regulamento e pelos preceitos de direito privado.

Art. 142. Deverão constar, do contrato, cláusulas referentes:

- I - ao objeto e seus elementos característicos;
- II - ao regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - ao preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, conforme o caso;
- IV - aos prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;
- V - às garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;
- VI - aos direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;
- VII - aos casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;
- VIII - à vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou não a exigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;
- IX - à obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;
- X - à matriz de riscos, quando for o caso.

Art. 143. A redução a termo do contrato poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não prejudicará o registro contábil exaustivo dos valores despendidos e a exigência de recibo pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Art. 144. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia de seu inteiro teor ou de quaisquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos, observados a Lei nº 12.527/11.

Parágrafo único. Se requerido pelo interessado, será oferecida cópia com certificação de que confere com original.

Art. 145. Será convocado o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o termo equivalente, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.

§1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

§2º Quando o interessado não atender à convocação, no prazo e nas condições estabelecidos, será facultado:

- I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;
- II - revogar a licitação.

Art. 146. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 147. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

Art. 148. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, conforme previsto no edital do certame.

§1º A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

§2º É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

- I - do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;
- II - direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

Seção II Da Garantia Contratual

Art. 149. Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

Art. 150. O contratado optará por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

Art. 151. A garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no art. 146.

Art. 152. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Art. 153. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de Caução em dinheiro.

Seção III Da Vigência

Art. 154. A duração dos contratos não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

- I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;
- II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

Art. 155. É vedado contrato por prazo indeterminado.

Seção IV Da Alteração dos Contratos

Art. 156. Os contratos somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

Art. 157. Os contratos, com exceção daqueles celebrados no regime da contratação integrada, conterão cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III - quando conveniente à substituição da garantia de execução;
- IV - quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V - quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1º O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no §1º, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§3º Se no contrato não houver sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º.

§4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses deverão ser pagos pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§5º A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como disposições legais supervenientes à data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a sua revisão para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, deverá ser restabelecido, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§7º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostilamento.

§8º É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

Art. 158. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada, fica vedada a celebração de aditivos aos contratos firmados, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses.

I - recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;

II - necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no §1º do art. 157 deste regulamento.

Seção V Da Gestão e Fiscalização

Art. 159. Os contratos serão controlados e fiscalizados com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente.

§ 1º Os contratos serão acompanhados e fiscalizados por empregados da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou, a seu exclusivo critério, por meio de prestadores de serviços técnicos especializados que comprovem a experiência necessária para esse fim.

§ 2º A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. designará formalmente o fiscal do contrato.

Seção VI Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 160. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências nele previstas.

Art. 161. Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, observado o rito da Seção IX, deste Capítulo.

Seção VII Das Sanções Administrativas

Art. 162. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§1º A multa mencionada não impede a rescisão do contrato e nem a aplicação de outras sanções previstas neste Regulamento.

§2º A multa, aplicada após regular processo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 163. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços ou contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, observado o disposto na Seção IX, deste Capítulo.

§ 3º A sanção prevista no inciso III deste artigo, poderá também ser aplicada aos contratados que:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A., em virtude de atos ilícitos praticados.

Seção VIII Do Recebimento do Objeto

Art. 164. O recebimento do objeto, mediante a assinatura do respectivo termo, para a integral quitação do contrato, está condicionado à verificação do total cumprimento do contrato com todas as especificações nele descritas.

Seção IX Do Processo para rescisão e aplicação de sanções

Art. 165. Os contratos e atas de registro de preços poderão ser rescindidos, devendo ser formalmente motivado nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º O contratado ou detentor da ata terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido conforme estabelece o Art. 157º em seu §1º.
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 2º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

- I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o inciso VI do art. 157.

§ 3º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 166. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 167. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

Art. 168. O processo para aplicação das sanções e para a rescisão do contrato obedecerá às normas estabelecidas nesta Seção.

Art. 169. Desde que devidamente justificada pela instância competente, poderá ser dispensada a abertura do processo quando os custos de apuração forem manifestamente superiores aos do inadimplemento.

Art. 170. São fases do procedimento de sanção, cujos insumos poderão ser acostados no respectivo Processo Administrativo Licitatório:

- I – instauração de incidente, mediante relatório a ser produzido pelo respectivo fiscal de contrato, indicando o descumprimento da cláusula contratual;
- II – notificação ao interessado;
- III – apresentação da defesa prévia, se do interesse do contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- IV – julgamento do Recurso, se for o caso;
- V – decisão, com notificação do interessado.

§ 1º A notificação do inciso II deverá conter a finalidade (imposição de sanção, rescisão ou ressarcimento), o fato imputado, o fundamento e o prazo para manifestação.

§ 2º No prazo de defesa prévia e de eventual recurso, o processo estará com vista franqueada ao interessado.

§ 3º O fornecimento de cópias é permitido mediante o recolhimento dos custos da respectiva reprodução.

TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 171. A Diretoria da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. aprovará os limites, os níveis de competência e as diretrizes, salvo se forem superiores ao limite de competência previsto em Estatuto Social, para:

- I - determinar a abertura das licitações;
- II - autorizar e ratificar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- III - contratar e celebrar acordos, ajustes, protocolos de intenção, parcerias, patrocínios e respectivos termos aditivos ou documentos equivalentes; e
- IV - aplicar sanções.

Art. 172. As contratações realizadas no exterior atenderão as peculiaridades locais e os princípios básicos deste Regulamento.

Art. 173. Aplicam-se as normas de direito penal contidas no art 178 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

Art. 174. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação no Jornal Oficial do Município de Londrina.

Art. 175. O presente Regulamento foi aprovado por meio da reunião da diretoria colegiada (Redir) na data do dia 21/07/2022, registrado na ata de nº 184, assim como foi aprovado pelos conselheiros administrativos, registrado na ata de reunião de nº 116, de 29/07/2022.

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL

EDITAL Nº. 003/2022– CMDCA – Londrina

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA convoca para a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

1. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL:

A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina se realizará:

Dia: 9 de novembro de 2022. **Local:** Guarda Mirim **Horário:** das 9h00 às 18h00.

Dia: 10 de novembro de 2018. **Local:** Guarda Mirim **Horário:** das 08h00 às 18h00.

Com a seguinte programação:

09/11

9h00 às 12h00 - Leitura e aprovação do Regimento Interno

13h00 às 13h30 Inscrição e credenciamento

13h30 Cerimônia de abertura

14h15 Informes Gerais

14h30 Conferência de abertura “Com a palavra as crianças e os adolescentes: a Conferência como espaço de reflexão e protagonismo”

17h30 Orientações e informes para o segundo dia

10/11

8h às 8h30 – Credenciamento
 8h30 às 9h00 – Organização dos Grupos de Trabalho
 9h às 11h- Trabalhos em grupos e identificação de delegados candidatos para a Conferência Estadual
 11h às 11h30 - Homologação das candidaturas
 11h30 às 12h – Eleição de delegado(a)s para a Conferência Estadual de cada categoria;
 11h às 13h30 – Almoço
 13h30 - Apresentação e confirmação dos delegado(a)s eleitos;
 14h00 – Aprovação de propostas e Plenária Final
 18h00 – Encerramento

2. DOS OBJETIVOS

A XI Conferência tem por objetivos:

- a) Aprovar seu regimento interno;
- b) Avaliar a implementação das Deliberações da X Conferência Municipal;
- c) Deliberar e aprovar as diretrizes e propostas para a Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para o biênio 2022-2024;
- d) Fortalecer a relação entre governo e sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente;
- e) Eleger os delegados para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3. DO TEMA

A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina terá como tema: “A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”.

4. DOS EIXOS TEMÁTICOS

A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina terá como eixos temáticos, de acordo com a orientação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA):

- 4.1 Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia;
- 4.2 Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid 19;
- 4.3 Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia;
- 4.4 Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico;
- 4.5 Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e após a pandemia da Covid-19.

5. DA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

A Conferência se organiza a partir das Conferências Livres e Pré-Conferências por territórios e dos segmentos que atuam no atendimento e defesa dos direitos da crianças e adolescentes, tanto no âmbito do poder público quanto da sociedade civil, que seguirão o seguinte prazo para realização:

Período	Etapa/atividade
15/08 a 05/09	Conferências Livres
12/09 a 24/10	Pré-Conferências

5.1. CONFERÊNCIAS LIVRES

- 5.2. As Conferências Livres têm caráter sensibilizador e mobilizador dos sujeitos em torno do tema central e dos eixos temáticos da Conferência.
- 5.3. As Conferências Livres não dependem de ato oficial, mas devem ser comunicadas à Comissão Organizadora da Conferência para reconhecimento do processo realizado.
- 5.4. Podem ser realizadas por entidades, instituições públicas ou da sociedade civil, fóruns, redes, conselhos, escolas, dentre outros, como processo dinâmico de encontro e diálogo voltado para o fortalecimento da participação, da criticidade e da democracia.
- 5.5 A conferências livres podem encaminhar propostas, sem indicação de delegados, para a XI Conferência Municipal.

5.5. PRÉ-CONFERÊNCIAS

- 5.6. As pré-conferências serão regionais e contemplarão a participação de crianças e adolescentes em sua ampla diversidade, assegurando-lhes o pleno acesso e protagonismo, com o objetivo de discutir propostas que serão encaminhadas para a Conferência Municipal.
- 5.7. As pré-conferências serão acompanhadas por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente envolvendo representantes da rede intersetorial de proteção social a crianças e adolescentes.
- 5.8. As estratégias de convocação e divulgação das pré-conferências envolverão a articulação da rede intersetorial de proteção social a crianças e adolescentes de cada região, e a divulgação pelos meios de comunicação.
- 5.9. As pré-conferências elegerão delegadas e delegados para a XI Conferência Municipal, conforme item 6.3

6. DA PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA

A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina será aberta a todos os membros participantes sem taxa de inscrição. Poderão participar da XI Conferência todas as pessoas interessadas na discussão da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na condição de:

6.1 Convidados e Convidadas

Poderão participar na qualidade de convidados (as) as autoridades que se fizerem presentes, sem direito a voto.

6.2 Observadores e Observadoras

Poderão se inscrever na qualidade de observadores (as), membros das associações civis e comunitárias, instituições públicas e privadas, entidades de classe, entidades de representação estudantil, membros da sociedade civil interessados (as) em discutir a política municipal dos direitos da criança e do adolescente de Londrina, residentes no município, sem direito a voto.

6.3 Delegados e Delegadas

Poderão participar da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as pessoas inscritas na condição de delegados (as) eleitos ou natos, conforme quadro abaixo:

DELEGADOS - CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -			
Quantidade	Delegados titulares	Quantidade	Delegados suplentes
41	Delegados natos titulares: Conselheiros de Direitos		
1	Delegados natos titulares: Adolescentes Comissão de participação de Adolescentes do CONANDA		
10	Delegados titulares do Conselho Tutelar	5	Delegados representantes do Conselho Tutelar
40	Delegados titulares que atuam na rede de proteção governamental - trabalhadores e gestores	15	Delegados suplentes que atuam na rede de proteção governamental - trabalhadores e gestores
40	Delegados titulares que atuam na rede de proteção não governamental - trabalhador e representantes legais das organizações da sociedade civil	15	Delegados suplentes que atuam na rede de proteção não governamental - trabalhador e representantes legais das organizações da sociedade civil
1	Delegado representante da Comissão Regional de Enfrentamento às Violências	1	Delegado suplente representante da Comissão Regional de Enfrentamento às Violências
10	Delegados de Movimentos Sociais e Fóruns de defesa de direitos	4	Delegados de Movimentos Sociais e Fóruns de defesa de direitos
5	Delegados de instituições de ensino superior com atuação no atendimento/defesa do direito de criança e adolescente	3	Delegados de instituições de ensino superior com atuação no atendimento/defesa do direito de criança e adolescente
10	Delegados de entidades representantes de categorias profissionais/classe afetas ao atendimento/defesa de direitos de criança e adolescente	4	Delegados de entidades representantes de categorias profissionais/classe afetas ao atendimento/defesa de direitos de criança e adolescente
8	Delegados titulares representantes do Sistema de Justiça (Juizes(as) da Infância e Juventude, Promotores(as) de Justiça da Infância e Juventude, Defensores(as) Público ou dativo da Infância que atue na Vara da Juventude da Defensoria Pública, técnicos que integram a equipe multidisciplinar do núcleo ou coordenação dos Tribunais ou órgãos do MP).	3	Delegados suplentes Representantes do Sistema de Justiça (Juizes(as) da Infância e Juventude, Promotores(as) de Justiça da Infância e Juventude, Defensores(as) Público ou dativo da Infância que atue na Vara da Juventude da Defensoria Pública, técnicos que integram a equipe multidisciplinar do núcleo ou coordenação dos Tribunais ou órgãos do MP).
165	Total de delegados titulares segmentos adulto	49	Total de delegados suplentes segmentos adulto
205	Delegado titulares - criança e adolescente	41	Delegado suplente criança e adolescente
370	TOTAL GERAL	90	TOTAL GERAL DELEGADOS SUPLENTES

- São consideradas(os) Delegadas(os) Natas(os) as(os) Conselheiras(os) de Direitos e as(os) Adolescentes do Comitê de Participação dos Adolescentes (CPA), bem como adolescentes integrantes da Comissão Organizadora da Conferência, que estarão nomeados por meio de Resolução;
- As(os) representantes do Conselho Tutelar serão indicados pelo Colegiado Ampliado, até 21/10/2022, no número de 10 (dez) titulares e 05 (cinco) suplentes;
- Os representantes da rede de proteção governamental, serão indicados para participar da Pré-Conferência dos Trabalhadores, a ser realizada no dia 24/10/2022, onde serão eleitos os 40 delegados e seus suplentes. A indicação dos representantes será de 100 (cem) trabalhadores, tendo que ser indicados ao CMDCA até 14/10/2022, garantindo representatividade das diversas políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente. Considerando as políticas que atuam diretamente com criança e adolescente, e compõe o CMDCA, as vagas para indicação dos representantes governamentais serão assim distribuídas:

Secretaria Municipal de Educação	20
Secretaria Municipal de Assistência Social	20
Secretaria Municipal de Saúde	20
Secretaria Municipal de Cultura	8
Fundação de Esportes de Londrina	8
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	8
Secretaria Municipal de Defesa Social	8
Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	8

- Para participar da Pré-Conferência dos Trabalhadores os representantes da rede de proteção não governamental serão indicados por Organizações da Sociedade Civil que tenham registro ativo no CMDCA. Cada entidade poderá inscrever 2 representantes, por meio do link a ser disponibilizado pelo CMDCA, podendo se inscrever até 21/10/2022. A referida pré-conferência ocorrerá em 24/10/2022, onde serão eleitos por seus pares os 40 delegados e seus suplentes.
- Para participar da Pré-Conferência dos Trabalhadores os representantes da Comissão Regional de Enfrentamento às violências contra Crianças e Adolescentes deverão ser indicados por ofício ao CMDCA até o dia 14/10/2022.
- Os representantes de Movimentos Sociais e Fóruns de Defesa de Direitos da criança e do adolescente, deverão ser indicados mediante ofício enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até 21/10/2022. Os primeiros 10 (dez) indicados ficarão como titulares, e os seguintes, até o número de 04 (quatro), ficarão como suplentes.

- g) Os representantes de instituições de ensino superior com atuação no atendimento/defesa do direito de criança e adolescente, deverão ser indicados mediante ofício enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até 21/10/2022. Os primeiros 05 (cinco) indicados ficarão como titulares, e os seguintes, até o número de 03 (três), ficarão como suplentes.
- h) Os Representantes de entidades de categorias profissionais/classe afetas ao atendimento/defesa de direitos de criança e adolescente, deverão ser indicados mediante ofício enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até 21/10/2022. Os primeiros 10 (dez) indicados ficarão como titulares, e os seguintes, até o número de 04 (quatro), ficarão como suplentes.
- i) Os Representantes do Sistema de Justiça (Juizes(as) da Infância e Juventude, Promotores(as) de Justiça da Infância e Juventude, Defensores(as) Público ou dativo da Infância que atue na Vara da Juventude da Defensoria Pública, técnicos que integram a equipe multidisciplinar do núcleo ou coordenação dos Tribunais ou órgãos do MP), deverão ser indicados mediante ofício enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até 21/10/2022. Os primeiros 08 (oito) indicados ficarão como titulares, e o seguinte, até o número de 03 (três), ficará como suplente.

Os representantes da rede de proteção governamental não poderão ultrapassar o número de delegados representantes da sociedade civil. Caso o número de delegados do Poder Executivo ultrapasse o número de delegados representantes da sociedade civil, a fim de chegar ao mesmo número, serão desconsideradas as últimas inscrições realizadas, até que o número seja igualado.

As crianças e adolescentes poderão se inscrever como delegados(as) nas pré-conferências, conforme cálculo realizado com base no número de crianças e adolescentes do município, por região. Os delegados crianças e adolescentes titulares na Conferência Municipal, terão direito a voz e voto.

A criança, poderá participar das etapas da Conferência, a partir de 6 anos. Considera-se adolescente toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade, conforme ao art. 2 da Lei nº 8.069/90.

Os Suplentes de Delegados (as) serão credenciados como observadores e poderão votar na ausência do delegado titular, desde que tenham assumido essa condição mediante comprovação.

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1 Observadores e Observadoras

Os observadores (as) poderão se inscrever:

- a) Pela página do CMDCA no site da Prefeitura Municipal de Londrina até o dia 31/10/2022, por meio de formulário disponibilizado-
<http://www1.londrina.pr.gov.br/conselhos/cmdca>;

7.2 Delegados e Delegadas

A inscrição de delegados(as) ocorrerá até o prazo máximo de **31/10/2022**, na página do CMDCA, por meio de formulário disponibilizado.

Não serão inscritos delegadas(os) no local do evento.

Parágrafo único: Deverão ser anexados os seguintes documentos para inscrição:

- a) Cópia de documento de identificação, com foto.

Londrina, 22 de setembro de 2022. Magali Batista de Almeida, Presidente

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO 045/2022 DE 22 de SETEMBRO DE 2022

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LONDRINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/1990, bem como as alterações introduzidas pela Lei 12.010/2009; Lei Municipal nº. 9.678/2004 e Lei Municipal nº. 10.710/2009, o estabelecido na Ata da reunião ordinária deste Conselho, realizada em 22 de setembro de 2022, e considerando:

- a) A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituída por meio do Artigo 7º da Lei Municipal nº 9.678/2004;
- b) A necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas voltadas à Infância e Adolescência no Município;
- c) A deliberação favorável da plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no(s) dia(s) 09 e 10 de novembro de 2022;

Art. 2º - Designar os representantes da Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Magali Batista de Almeida – CMDCA/SOC. CIVIL
Josiani Severino dos Santos Nogueira – CMDCA/GOV
Denise Morselli Fernandes Caldeirão – CMDCA/SOC. CIVIL
Martinha Clarete Dutra dos Santos - CMDCA/GOV
Cláudio Márcio de Melo – CMDCA/SOC. CIVIL
Priscila Possidente Monteiro Brazão – CMDCA/GOV
Aline Querino dos Santos– CMDCA/SOC.CIVIL
Cássia Munhoz Silva- CMDCA/GOV
Andressa Caroline de Lucio – CMDCA/SOC.CIVIL
Carolina Fontes - CMDCA/GOV
Juan Fernandes Goes de Souza – Adolescente Centro Educacional Irmão Acácio/ Marista
Lucas Ribeiro dos Santos - CMDCA/SOC.CIVIL
Glaziane Leonor Martins da Silva - CMDCA/SOC.CIVIL
Iago Tomaz Capelari – Adolescente/ Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE
Maysa da Cunha Costa – Adolescente/Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE

Wesley Botelho Pereira – Adolescente/Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE
 Carolaine Amaro Ferreira da Silva – Adolescente/Guarda Mirim de Londrina
 Marianne Victoria Moreira dos Santos – Adolescente/Guarda Mirim de Londrina
 Stephany Monique – Adolescente/ Representante da Comitê de Participação do Adolescente –CONANDA
 Paulo Sérgio Rosne Junior – Adolescente/ Serviço de Medidas Socioeducativas
 Elen Fabiana Tenório Camilo Luz – Conselho Tutelar
 Gercilene Adilino de Souza Silva – Conselho Tutelar
 Maria Gabriela Chanes Molina – Conselho Tutelar
 Carla Cristina Gimenez de Sá – Conselho Tutelar
 Géssica Cristina de Lima Lino – Conselho Tutelar
 Rosângela Mendes de Oliveira – Conselho Tutelar
 Fabio Eiji Sato – Colaborador externo – Defensoria Pública
 Janaina Arruda Messias – Colaboradora externo – Associação de Ensino Profissional - ESPRO

Parágrafo único. A Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes servidores:

Kelin Liberatti Trevisan Hzeim – Secretaria Executiva - CMDCA
 Ruth Tainá Aparecida Piveta – Secretaria Executiva - CMDCA

Art. 2º. Fica estabelecido o seguinte cronograma geral:

Período	Etapas/atividade
15/08 a 05/09	Conferências Livres
12/09 a 24/10	Pré-Conferências
09/11 e 10/11	Conferência Municipal

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Londrina, 22 de setembro de 2022. Presidente, Magali Batista de Almeida

CIDREBAC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL BALANÇOS

Balanço Orçamentário Receita CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO PUBLICAÇÃO							
							Em Reais
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	241.000,00	241.000,00	122.502,67	50,83	217.570,74	90,28	23.429,26
Receitas Correntes	241.000,00	241.000,00	122.502,67	50,83	217.570,74	90,28	23.429,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receita Patrimonial	1.000,00	1.000,00	2.502,67	250,27	7.570,74	757,07	(6.570,74)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Valores Mobiliários	1.000,00	1.000,00	2.502,67	250,27	7.570,74	757,07	-6.570,74
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências Correntes	240.000,00	240.000,00	120.000,00	50,00	210.000,00	87,50	30.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	240.000,00	240.000,00	120.000,00	50,00	210.000,00	87,50	30.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00

Outras Receitas Correntes	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas de Capital	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-
Operações de Crédito	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Alienação de Bens	0,00	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Amortização Empréstimos	0,00	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	241.000,00	241.000,00	122.502,67	50,83	217.570,74	90,28	23.429,26
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Mobiliária Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Mobiliária Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal c/ Refinanciamento (V) + (III + IV)	241.000,00	241.000,00	122.502,67	50,83	217.570,74	90,28	23.429,26
Déficit (VI)	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	241.000,00	241.000,00	122.502,67	50,83	217.570,74	90,28	23.429,26
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores RPPS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
Superávit Financeiro Utilizados para Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	-	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Balanco Orçamentário Receitas Intra-Orçamentárias
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

Receitas Intra-Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)							
Receitas Correntes	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	-	-	-	-	-	-
Impostos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receita Patrimonial	0,00	-	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências Correntes	0,00	-	-	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Receitas de Capital	0,00	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	0,00	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Alienação de Bens	0,00	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Amortização Empréstimos	0,00	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	0,00	-	-	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00

Presidente: SÉRGIO ONOFRE DA SILVA

Contador: DANILO AP. LANDEGRAFI BARBOSA - CRC: 065.601/O-0

Controle Interno: MARCOS JOSE DE LIMA URBANEJA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	241.000,00	291.000,00	83.844,56	187.712,63	103.287,37
Despesas Correntes	240.000,00	290.000,00	83.844,56	187.712,63	102.287,37
Pessoal e Encargos Sociais	120.000,00	120.000,00	18.320,00	73.368,86	46.631,14
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	120.000,00	170.000,00	65.524,56	114.343,77	55.656,23
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	1.000,00	1.000,00	-	-	1.000,00
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	241.000,00	291.000,00	83.844,56	187.712,63	103.287,37
Amortização da Div. / Refinanciamento (XI)	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
Subtotal c/ Refinanciamento (XII) = (X+XI)	241.000,00	291.000,00	83.844,56	187.712,63	103.287,37
Superávit (XIII)	-	-	38.658,11	29.858,11	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	241.000,00	291.000,00	122.502,67	217.570,74	103.287,37
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

Despesas	Despesas Liquidadas		Saldo (j)=(e-h)	Despesas Pagas até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
	No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	22.272,70	126.140,77	164.859,23	115.175,42	-
Despesas Correntes	22.272,70	126.140,77	163.859,23	115.175,42	-
Pessoal e Encargos Sociais	18.320,00	73.368,86	46.631,14	64.208,86	-
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	3.952,70	52.771,91	117.228,09	50.966,56	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	-	-	6.000,00	-	-
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	-	-	-	-	0,00
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	22.272,70	126.140,77	164.859,23	115.175,42	-
Amortização da Div. / Refinanciamento (XI)	-	-	-	-	0,00
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	0,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	0,00
Outras Dívidas	-	-	-	-	0,00

Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	0,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	0,00
Outras Dívidas	-	-	-	-	0,00
Subtotal c/ Refinanciamento (XII) = (X + XI)	22.272,70	126.140,77	164.859,23	115.175,42	-
Superávit (XIII)	100.229,97	91.429,97	-	102.395,32	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	122.502,67	217.570,74	164.859,23	217.570,74	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Despesas Intra-Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Despesas Intra-Orçamentárias	Despesas Liquidadas		Saldo (j)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
	No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	-	0,00	-
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	-	0,00	-
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	-	0,00	-
Despesas de Capital (VII)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	0,00	0,00	-	0,00	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-

Presidente: SÉRGIO ONOFRE DA SILVA

Contador: DANILO AP. LANDEGRAFI BARBOSA - CRC: 065.601/O-0

Controle Interno: MARCOS JOSE DE LIMA URBANEJA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo c=(a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	241.000,00	291.000,00	83.844,56	187.712,63	100,00	103.287,37
Legislativa	-	-	-	-	-	-
Ação Legislativa	-	-	-	-	-	-
Controle Externo	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Judiciária	-	-	-	-	-	-
Ação Judiciária	-	-	-	-	-	-
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-
Defesa da Ordem Jurídica	-	-	-	-	-	-
Representação Judicial e Extrajudicial	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Administração	120.000,00	120.000,00	18.320,00	73.368,86	39,09	46.631,14
Planejamento e Orçamento	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	120.000,00	120.000,00	18.320,00	73.368,86	39,09	46.631,14
Administração Financeira	-	-	-	-	-	-
Controle Interno	-	-	-	-	-	-
Normatização e Fiscalização	-	-	-	-	-	-
Tecnologia da Informação	-	-	-	-	-	-
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-	-
Formação de Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-
Administração de Receitas	-	-	-	-	-	-
Administração de Concessões	-	-	-	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-
Defesa aérea	-	-	-	-	-	-
Defesa Naval	-	-	-	-	-	-
Defesa Terrestre	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-	-	-
Policimento	-	-	-	-	-	-
Defesa Civil	-	-	-	-	-	-
Informação e Inteligência	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-
Relações Diplomáticas	-	-	-	-	-	-
Cooperação Internacional	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-

Assistência Social	-	-	-	-	-	-
Assistência ao Idoso	-	-	-	-	-	-
Assistência ao Portador de Deficiência	-	-	-	-	-	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	-	-	-	-	-	-
Assistência Comunitária	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Previdência Social	-	-	-	-	-	-
Previdência Básica	-	-	-	-	-	-
Previdência do Regime Estatutário	-	-	-	-	-	-
Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-
Previdência Especial	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-
Atenção Básica	-	-	-	-	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapeutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	-	-	-	-	-	-
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	-	-	-	-	-	-
Trabalho	-	-	-	-	-	-
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	-	-	-	-	-
Relações de Trabalho	-	-	-	-	-	-
Empregabilidade	-	-	-	-	-	-
Fomento ao Trabalho	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-
Ensino Profissional	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil	-	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	-
Educação Especial	-	-	-	-	-	-
Educação Básica	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	-	-	-	-	-	-
Difusão Cultural	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-	-	-	-
Custódia e Reintegração Social	-	-	-	-	-	-
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	-	-	-	-	-	-
Assistência aos povos Indígenas	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Urbanismo	-	-	-	-	-	-
Infra-Estrutura Urbana	-	-	-	-	-	-
Serviços Urbanos	-	-	-	-	-	-
Transportes Coletivos Urbanos	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Habituação	-	-	-	-	-	-
Habituação Rural	-	-	-	-	-	-
Habituação Urbana	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Saneamento	-	-	-	-	-	-
Saneamento Básico Rural	-	-	-	-	-	-
Saneamento Básico Urbano	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	-
Preservação e Conservação Ambiental	-	-	-	-	-	-
Controle Ambiental	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-
Meteorologia	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Científico	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Técnico e Engenharia	-	-	-	-	-	-
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Agricultura	120.000,00	170.000,00	65.524,56	114.343,77	60,91	55.656,23
Abastecimento	-	-	-	-	-	-
Extensão Rural	120.000,00	170.000,00	65.524,56	114.343,77	60,91	55.656,23
Irrigação	-	-	-	-	-	-
Promoção da Produção Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Defesa Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Organização Agrária	-	-	-	-	-	-
Reforma Agrária	-	-	-	-	-	-
Colonização	-	-	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	-	-
Promoção Industrial	-	-	-	-	-	-
Produção Industrial	-	-	-	-	-	-
Mineração	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Normalização e Qualidade	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-	-
Promoção Comercial	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-
Comércio Exterior	-	-	-	-	-	-
Serviços Financeiros	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-	-	-
Comunicações Postais	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-	-	-
Conservação de Energia	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Combustíveis Minerais	-	-	-	-	-	-
Biocombustíveis	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-	-	-
Transporte Aéreo	-	-	-	-	-	-
Transporte Rodoviário	-	-	-	-	-	-
Transporte Ferroviário	-	-	-	-	-	-
Transporte Hidroviário	-	-	-	-	-	-
Transportes Especiais	-	-	-	-	-	-

Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-	-	-	-
Desporto de Rendimento	-	-	-	-	-	-
Desporto Comunitário	-	-	-	-	-	-
Lazer	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Encargos Especiais	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Serviço da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Serviço da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos Especiais	-	-	-	-	-	-
Transferências para a Educação Básica	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
Despesas (intra-Orçamentárias) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Total (III) = (I + II)	241.000,00	291.000,00	83.844,56	187.712,63	100,00	103.287,37

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO PUBLICAÇÃO					
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")					Em Reais
Função/Subfunção	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados1 (f)
	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	22.272,70	126.140,77	100,00	164.859,23	0,00
Legislativa	-	-	-	-	-
Ação Legislativa	-	-	-	-	-
Controle Externo	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Judiciária	-	-	-	-	-
Ação Judiciária	-	-	-	-	-
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-	-	-
Defesa da Ordem Jurídica	-	-	-	-	-
Representação Judicial e Extrajudicial	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Administração	18.320,00	73.368,86	58,16	46.631,14	-
Planejamento e Orçamento	-	-	-	-	-
Administração Geral	18.320,00	73.368,86	58,16	46.631,14	-
Administração Financeira	-	-	-	-	-
Controle Interno	-	-	-	-	-
Normatização e Fiscalização	-	-	-	-	-
Tecnologia da Informação	-	-	-	-	-
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-
Formação de Recursos Humanos	-	-	-	-	-
Administração de Receitas	-	-	-	-	-
Administração de Concessões	-	-	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-	-	-
Defesa Aérea	-	-	-	-	-
Defesa Naval	-	-	-	-	-
Defesa Terrestre	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-	-
Policimento	-	-	-	-	-
Defesa Civil	-	-	-	-	-
Informação e Inteligência	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-	-	-
Relações Diplomáticas	-	-	-	-	-
Cooperação Internacional	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Assistência Social	-	-	-	-	-
Assistência ao Idoso	-	-	-	-	-
Assistência ao Portador de Deficiência	-	-	-	-	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	-	-	-	-	-
Assistência Comunitária	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Previdência Social	-	-	-	-	-
Previdência Básica	-	-	-	-	-
Previdência do Regime Estatutário	-	-	-	-	-
Previdência Complementar	-	-	-	-	-
Previdência Especial	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-
Atenção Básica	-	-	-	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	-	-	-	-	-
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-
Administração Geral	-	-	-	-	-
Trabalho	-	-	-	-	-
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	-	-	-	-
Relações de Trabalho	-	-	-	-	-
Empregabilidade	-	-	-	-	-
Fomento ao Trabalho	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
Ensino Profissional	-	-	-	-	-
Ensino Superior	-	-	-	-	-
Educação Infantil	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
Educação Especial	-	-	-	-	-
Educação Básica	-	-	-	-	-
Administração Geral	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	-	-	-	-	-
Difusão Cultural	-	-	-	-	-

Demais Subfunções	-	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-	-
Custódia e Reintegração Social	-	-	-	-
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	-	-	-	-
Assistência aos Povos Indígenas	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Urbanismo	-	-	-	-
Infra-Estrutura Urbana	-	-	-	-
Serviços Urbanos	-	-	-	-
Transportes Coletivos Urbanos	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Habitação	-	-	-	-
Habitação Rural	-	-	-	-
Habitação Urbana	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Saneamento	-	-	-	-
Saneamento Básico Rural	-	-	-	-
Saneamento Básico Urbano	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-
Preservação e Conservação Ambiental	-	-	-	-
Controle Ambiental	-	-	-	-
Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-
Recursos Hídricos	-	-	-	-
Meteorologia	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-
Desenvolvimento Científico	-	-	-	-
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	-	-	-	-
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Agricultura	3.952,70	52.771,91	41,84	117.228,09
Abastecimento	-	-	-	-
Extensão Rural	3.952,70	52.771,91	41,84	117.228,09
Irrigação	-	-	-	-
Promoção da Produção Agropecuária	-	-	-	-
Defesa Agropecuária	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Organização Agrária	-	-	-	-
Reforma Agrária	-	-	-	-
Colonização	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-
Promoção Industrial	-	-	-	-
Produção Industrial	-	-	-	-
Mineração	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
Normalização e Qualidade	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-	-
Promoção Comercial	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-
Comércio Exterior	-	-	-	-
Serviços Financeiros	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-
Comunicações Postais	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-
Conservação de Energia	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	-	-	-
Combustíveis Minerais	-	-	-	-
Biocombustíveis	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-
Transporte Aéreo	-	-	-	-
Transporte Rodoviário	-	-	-	-
Transporte Ferroviário	-	-	-	-
Transporte Hidroviário	-	-	-	-
Transporte Especiais	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-	-
Desporto de Rendimento	-	-	-	-
Desporto Comunitário	-	-	-	-
Lazer	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Encargos Especiais	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Interna	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Externa	-	-	-	-
Serviço da Dívida Interna	-	-	-	-
Serviço da Dívida Externa	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Outros Encargos Especiais	-	-	-	-
Transferências para a Educação Básica	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	1.000,00
Despesas (intra-Orçamentárias) (II)	0,00	0,00	-	-
Total (III) = (I + II)	22.272,70	126.140,77	100,00	164.859,23

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo c=(a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)	
Despesas (Intra-Orçamentárias) (I)	-	-	-	-	-	-
Legislativa	-	-	-	-	-	-
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Judiciária	-	-	-	-	-	-
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Tecnologia da Informatização	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-	-	-
Policimento	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Assistência Social	-	-	-	-	-	-
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Previdência Social	-	-	-	-	-	-
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Trabalho	-	-	-	-	-	-
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-	-	-	-
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Urbanismo	-	-	-	-	-	-
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	-
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	-	-	-	-	-	-
Agricultura	-	-	-	-	-	-
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Indústria	-	-	-	-	-	-
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-	-
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-	-	-	-
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Encargos Especiais	-	-	-	-	-	-
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2022/ 4º BIMESTRE JULHO - AGOSTO
PUBLICAÇÃO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

Função/Subfunção	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados1 (f)
	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Despesas (Intra-Orçamentárias) (I)	-	-	-	-	-
Legislativa	-	-	-	-	-
Ação Legislativa	-	-	-	-	-
Judiciária	-	-	-	-	-
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	-	-	-
Administração Geral	0,00	0,00	-	-	-
Administração Financeira	0,00	0,00	-	-	-
Controle Interno	0,00	0,00	-	-	-
Tecnologia da Informatização	0,00	0,00	-	-	-
Administração de Receitas	0,00	0,00	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-	-
Policimento	0,00	0,00	-	-	-
Assistência Social	-	-	-	-	-
Assistência Comunitária	0,00	0,00	-	-	-
Previdência Social	-	-	-	-	-
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-
Administração Geral	0,00	0,00	-	-	-
Atenção Básica	0,00	0,00	-	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	-	-	-
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	-	-	-
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	-	-	-
Trabalho	-	-	-	-	-
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-
Administração Geral	0,00	0,00	-	-	-
Ensino Fundamental	0,00	0,00	-	-	-
Educação Infantil	0,00	0,00	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	-	-	-
Educação Especial	0,00	0,00	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-
Difusão Cultural	0,00	0,00	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-	-	-
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	-	-	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	-	-	-
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	-	-	-
Urbanismo	-	-	-	-	-
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	-	-	-
Serviços Urbanos	0,00	0,00	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	-	-	-	-	-
Agricultura	-	-	-	-	-
Abastecimento	0,00	0,00	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	-
Promoção Industrial	0,00	0,00	-	-	-

Comércio e Serviços	-	-	-	-
Turismo	0,00	0,00	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-	-
Desporto Comunitário	0,00	0,00	-	-
Encargos Especiais	-	-	-	-
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	-	-
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	-	-
Total	-	-	-	-

Presidente: SÉRGIO ONOFRE DA SILVA Contador: DANILO AP. LANDEGRAFI BARBOSA - CRC: 065.601/O-0

Controle Interno: MARCOS JOSE DE LIMA URBANEJA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BACIA DO CAFEZAL - CIDREBAC RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022 2º QUADRIMESTRE - MAIO A AGOSTO			
RF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I			R\$ 1,00
<u>Despesa com Pessoal</u>	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ¹ (b)	Total (c=a+b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)			
Pessoal Ativo	114.676,73	0,00	114.676,73
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	114.676,73	0,00	114.676,73
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	114.676,73	0,00	114.676,73
DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO	
MUNICÍPIO DE LONDRINA	28.669,18	28.669,18	
MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	28.669,18	28.669,18	
MUNICÍPIO DE CAMBÉ	28.669,18	28.669,18	
MUNICÍPIO DE ARAPONGAS	28.669,18	28.669,18	
Presidente: SÉRGIO ONOFRE DA SILVA Contador: DANILO AP. LANDEGRAFI BARBOSA - CRC: 065.601/O-0 Controle Interno: MARCOS JOSE DE LIMA URBANEJA			

EXPEDIENTE JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo

Jornalista Responsável – José Otávio Sancho Ereno

Editoração: Emanuel Messias Pereira Campos – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4602

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - E-mail: jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br